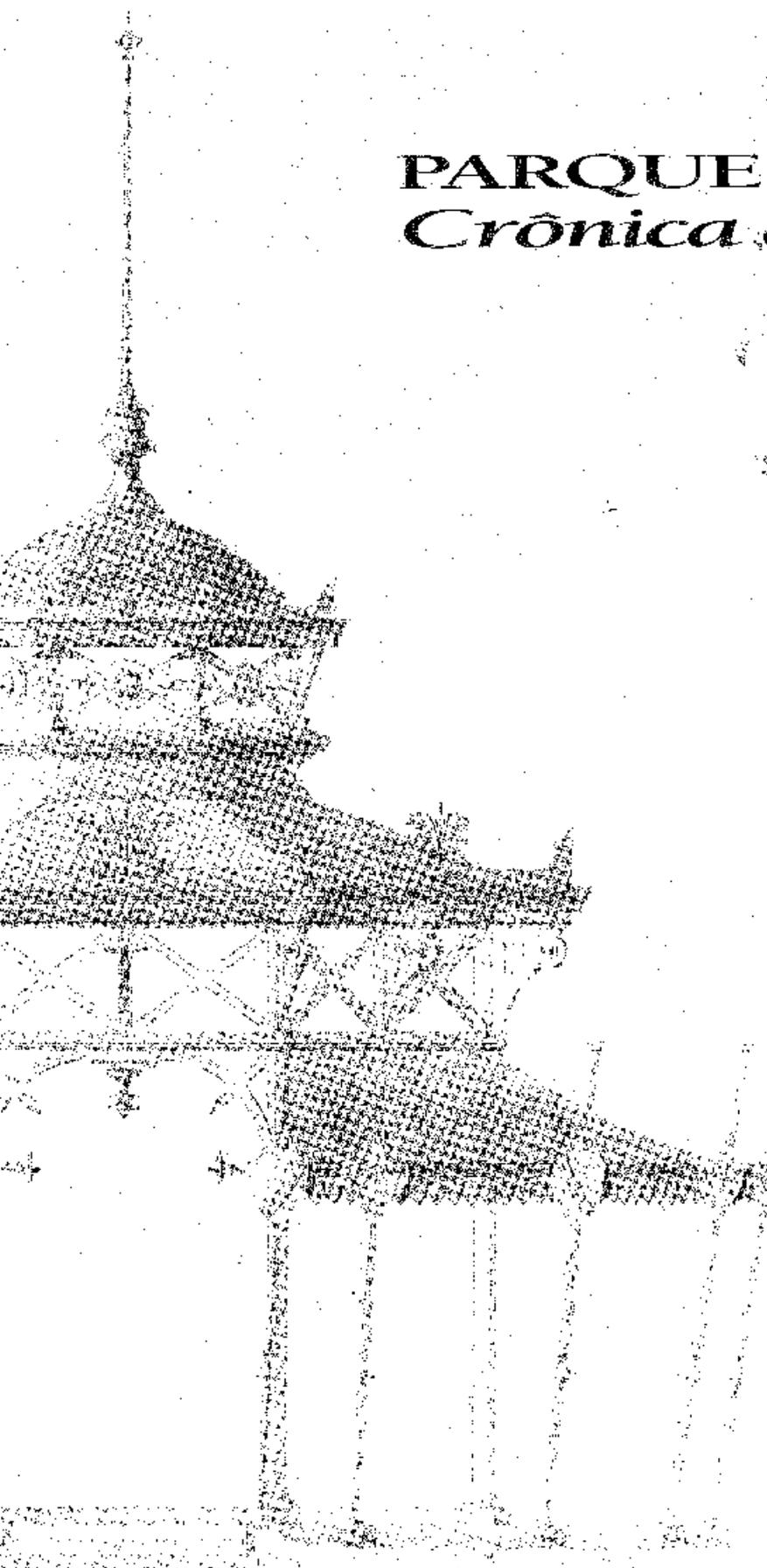


PARQUE MUNICIPAL

Crônica de um século



Foto

Escritório Técnico 17 de Dezembro

C. P. Engenharia

Assisilb@hac



**Companhia
Vale do Rio Doce**

PARQUE MUNICIPAL

Crônica de um século



Companhia
Vale do Rio Doce

Doze de dezembro de 1992 é uma data duplamente festiva para Belo Horizonte. Além de marcar mais um aniversário da cidade, festeja ainda a recuperação de seu mais antigo e querido jardim público: o Parque Municipal.

Durante todo o ano de 1992, o Parque passou pela mais profunda e abrangente reforma de sua história. Agora, reabre seus portões com um esplendor muito próximo dos sonhos de Paul Villon e outros pioneiros que, há cem anos, imaginaram estes jardins de inspiração romântica como um centro de lazer, descanso e contato com a natureza, encravado no centro da cidade.

Através de um convênio assinado com a Prefeitura de Belo Horizonte em 14 de fevereiro de 1992, a Companhia Vale do Rio Doce – e suas coligadas Florestas Rio Doce S.A. e Cenibra–Celulose Nipo Brasileira S.A. – participou efetivamente deste processo, ao viabilizar economicamente as obras de restauração do Parque. As intensas pesquisas, realizadas para dar alicerce histórico e urbanístico ao projeto de reforma, permitiram à Vale editar este livro, *Parque Municipal: Crônica de um século*.

Com projetos de ação social e comunitária – do porte da restauração do Parque Municipal de Belo Horizonte – a Companhia Vale do Rio Doce incrementa um diálogo positivo com a sociedade e reafirma seu compromisso com o progresso e o bem-estar das comunidades onde atua.

A DIRETORIA

INTRODUÇÃO

"Será este Parque o mais importante e grandioso de quantos há na América, e, por si só, merecerá a visita de nacionais e estrangeiros e elevará a nova cidade acima de quantas ora ultruam no Brazil (...) Várias construções de gosto enfeiturão este belo jardim, proporcionando vários entreterimentos aos passeantes. Uma pequena torre levantará no canto mais elevado, permitirá que d'ahi se desfrute o bellissimo panorama de toda a cidade".

Assim, no final do século passado, a Comissão Construtora encarregada de planejar a nova capital de Minas Gerais, em substituição à colonial Ouro Preto, imaginava o Parque Municipal que se instalaria na Chácara do Sapo, margeando a Avenida Afonso Pena, programada para ser a artéria principal da cidade. Vocação ambiciosa, certamente, para um território que mesclava matagal, árvores de porte e córregos.

O arquiteto-paisagista francês Paul Villon foi o responsável pelo projeto, que incluía um cassino, um restaurante, um observatório meteorológico, uma ponte artística e um majestoso portão de entrada, além das alamedas, gramados, bosques e lagos determinados em parte pelas possibilidades ambientais do sítio.

O Parque Municipal foi inaugurado em 26 de setembro de 1897, com uma retreta musical a cargo da banda Carlos Gomes. A partir deste acontecimento, o Parque passou a atrair grande número de pessoas nas tardes de domingo e quinta-feira, quando se realizavam eventos musicais. Outros eventos tiveram o Parque como cenário de fundo, como a corrida inaugural de bicicletas do Velo Club, em julho de 1898, símbolo da modernidade que despontava na virada do século.

Dos equipamentos projetados, apenas as fundações do cassino foram executadas; o resto do projeto, logo abandonado. Fez-se a arborização que incluiu o transplante de árvores de grande porte, trazidas dos vários quintais e pomares da cidade, que estavam sendo terraplanados. Dois novos lagos foram construídos em 1910, organizaram-se viveiros de pássaros e animais, colocou-se o coreto, retirado da Praça Rio Branco. A área prevista no plano de Aarão Reis, o engenheiro nomeado para planejar a nova capital, atingia uma superfície de 555.060 metros quadrados, que sofreu mutilações diversas no decorrer das primeiras décadas, partes importantes cedidas para outras finalidades, em geral por meio de iniciativas controvertidas. Nos últimos trinta anos pelo menos, o abandono tomou conta do local, descaracterizando sua vegetação e comprometendo seus equipamentos - situação lamentável que a atual reforma buscou corrigir, de maneira criativa e inovadora.

Neste quase um século de existência, o Parque Municipal esteve intimamente associado à vida de Belo Horizonte, ao lazer, às atividades culturais e ao comportamento de seus moradores. Tornou-se ele próprio personagem de relevo e definitivo. É essa a história que o texto e as fotos deste livro procuram contar.

SUMÁRIO

Capítulo 1	
A ILHA DE ROMANTISMO NA CIDADE MODERNA	10
Capítulo 2	
ANOS PIONEIROS	28
Capítulo 3	
UM PARQUE NA BELLE ÉPOQUE	50
Capítulo 4	
CONVIVÊNCIA COM A INDUSTRIALIZAÇÃO	70
Capítulo 5	
TEMPOS DE ABANDONO	98
Capítulo 6	
UM PROJETO A FAVOR DO PARQUE	112

CAPÍTULO 1

A ILHA DE ROMANTISMO
NA CIDADE MODERNA



Cenário barroco monumental da Inconfidência e principal centro minerador do país, Ouro Preto viu exaurir, ao longo do século passado, junto com a riqueza que lhe deu fama e fortuna, sua condição de capital das Minas Gerais, presa de sua topografia acentuadamente montanhosa, de suas ruas e ladeiras sinuosas, da estreiteza de perspectivas urbanas para acolher a era de progresso que se anunciava. A idéia de transferir a sede do governo estadual da antiga Vila Rica para outras paragens ganhou vigor com a Proclamação da República, em 1889. A construção de uma nova capital passou a sintetizar a vontade republicana de modernização de Minas, de racionalização administrativa, de unificação política e cultural de um Estado que convivia com o fantasma do separatismo.

Os setores ligados à emergente economia cafeeira batem-se pela transferência, insatisfeitos com a marginalização imposta pelos grupos dominantes de Ouro Preto. Para um grupo da elite estadual - os *mudancistas* - a meta nos anos que se sucedem à Proclamação da República era encontrar uma sede para esse futuro centro unificador de Minas Gerais. Em 1891, quando o Congresso Constituinte mineiro se reuniu, as principais discussões giraram em torno dessa questão. Como os *mudancistas* eram maioria, mas não conseguiam se entender, decidiu-se pela transferência sem se determinar o sítio exato da nova capital.

lações do
io dos Corretos
égrafos, com o
ue Municipal,
uerda, e o
o prédio da
gacia Fiscal, à
ta

MICHEL ADILIO BANHOTO
FRANCO FERNANDES



A represa projetada e construída por Paul Villon por volta de 1897. Cartão postal.

ARQUIVO MUSEU AMILIO BARRETO
(FINS DO SÉCULO PASSADO)

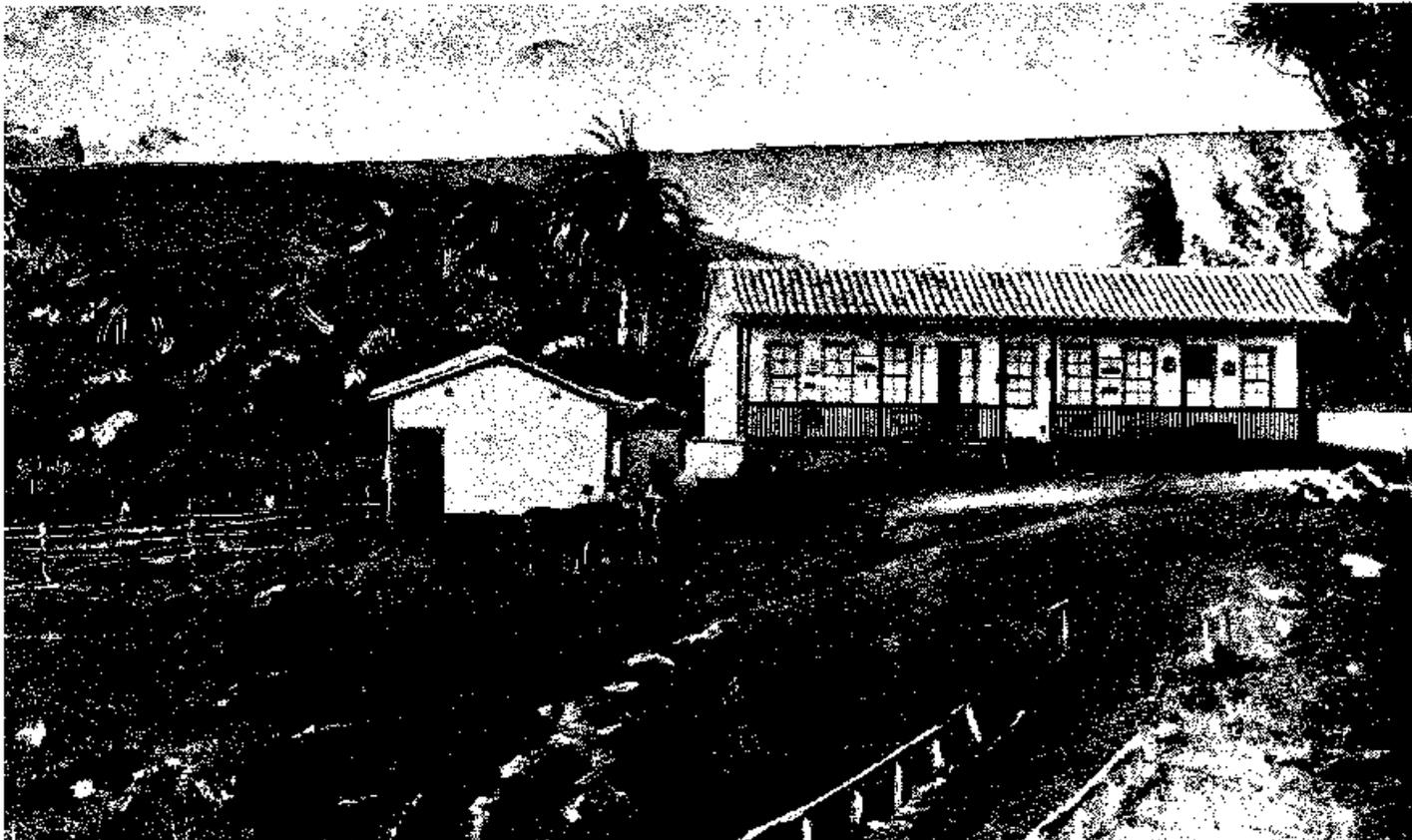
Só depois de dois anos de grandes polêmicas e muitas manobras, fez-se a escolha: o arraial de Belo Horizonte, o antigo Curral d'El Rey. Da região, marcada pela presença de terra muito vermelha, louva-se especialmente a beleza da paisagem e a amenidade do clima. Nomeado pelo Presidente de Minas, Afonso Pena, para chefiar a Comissão Construtora da Nova Capital, o engenheiro Aarão Reis, um paraense radicado no Rio de Janeiro, chegou ao local em 1894.

O que se via, então, ficou registrado pela pena do arquiteto português Alfredo Camarate, cronista e músico nas horas vagas: "Enveredamos por uma rua extensíssima, muito larga, muito parecida com alguns caminhos de certas povoações da África Ocidental. Umhas casas muito humildes com aparências de cubatas", ele anotou. Nos intervalos das casas, longos muros de barro vermelho, assombreados por árvores frutíferas – "mas tudo aquilo muito limpo, muito alinhado e sempre da mesma forma e com o mesmo encanto se chega a Belo Horizonte; um belo horizonte na realidade", observou o arquiteto que integrou a Comissão Construtora.

Os pequenos casebres com paredes de barro, adobe ou taipa, duas igrejas, algumas vendas, enfim, o incipiente aglomerado urbano estava condenado a desaparecer de um só golpe, para dar lugar à cidade saída do traçado de Aarão Reis. Abruptamente, milhares de operários, a maioria de origem estrangeira, enchem o arraial, demolindo tudo. Afinal, o prazo para a construção é curto – apenas quatro anos.

GEOMETRIA URBANA PARA ENTRAR NO SÉCULO XX

Para desenhar a nova capital, Aarão Reis reuniu o que havia de mais moderno nas Américas (o traçado xadrez) e na Europa (as perspectivas urbanas teatrais do Barão Haussmann, autor dos *boulevards* parisienses). Duas malhas ortogonais sobrepostas, fazendo um ângulo de 45 graus, e praças



Casa da Chácara do Sapo, no Parque Municipal, que serviu de residência ao engenheiro-chefe da Comissão Construtora.

ARQUIVO MUSEU AZULIO BARRIETO
(FIM DO SÉCULO PASSADO)



os
am
ntes,
sas e
" "
BRETO

estrategicamente colocadas nos cruzamentos compunham o traçado rigorosamente geométrico, em contraponto radical às ruelas tortuosas de Ouro Preto e previsto para abrigar uma população de 200 mil pessoas. As ruas e avenidas eram largas, para tornar fáceis, nas palavras do próprio engenheiro, “a livre circulação dos veículos, o tráfego dos carris e os trabalhos de colocação e reparação das canalizações subterrâneas”.

Uma avenida principal, mais larga que todas as outras, batizada com o nome de Afonso Pena, exerceria o papel de centro obrigatório da cidade e induziria a população a se desenvolver do centro para a periferia. Para além da área central (e separada desta por uma via circular, a atual Avenida do Contorno) ficaria a zona suburbana e as áreas destinadas a colônias agrícolas que abasteceriam a população. Primeira cidade planejada do país, Belo Horizonte nascia com ambições de símbolo urbanístico nacional.

Como desenho, o projeto era belo, mas não se adequava de todo ao terreno acidentado sobre o qual pousava. A companhia construtora foi obrigada a realizar grandes movimentos de terra, cortes e aterros que submetem a natureza à rigidez da geometria. Ainda assim, ladeiras e até mesmo ruas com escadinhas, talvez saudosas de Ouro Preto, surgiam aqui e ali.

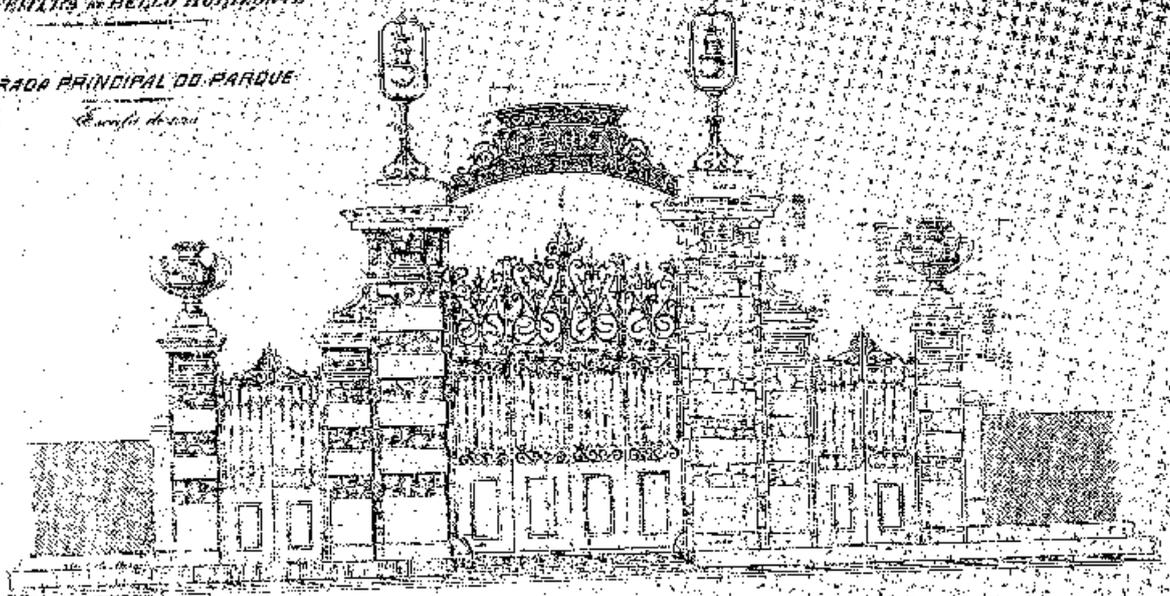
O PAISAGISMO COMO OBRA DE ARTE

Se toda a área urbana do projeto de Aarão Reis foi riscada com régua e compasso, uma exceção importante apareceu em pleno coração da cidade: o Parque Municipal. Logo no início dos trabalhos, em março de 1984, a Comissão Construtora decidiu transformar a Chácara Guilherme Vaz de Melo, conhecida como Chácara do Sapo, num parque para o lazer da população, abrindo-se para a avenida principal, a Afonso Pena. Desapropriada imediatamente, a chácara rece-

PROFUNDIDADE DO BELLO HORIZONTE

ENTRADA PRINCIPAL DO PARQUE

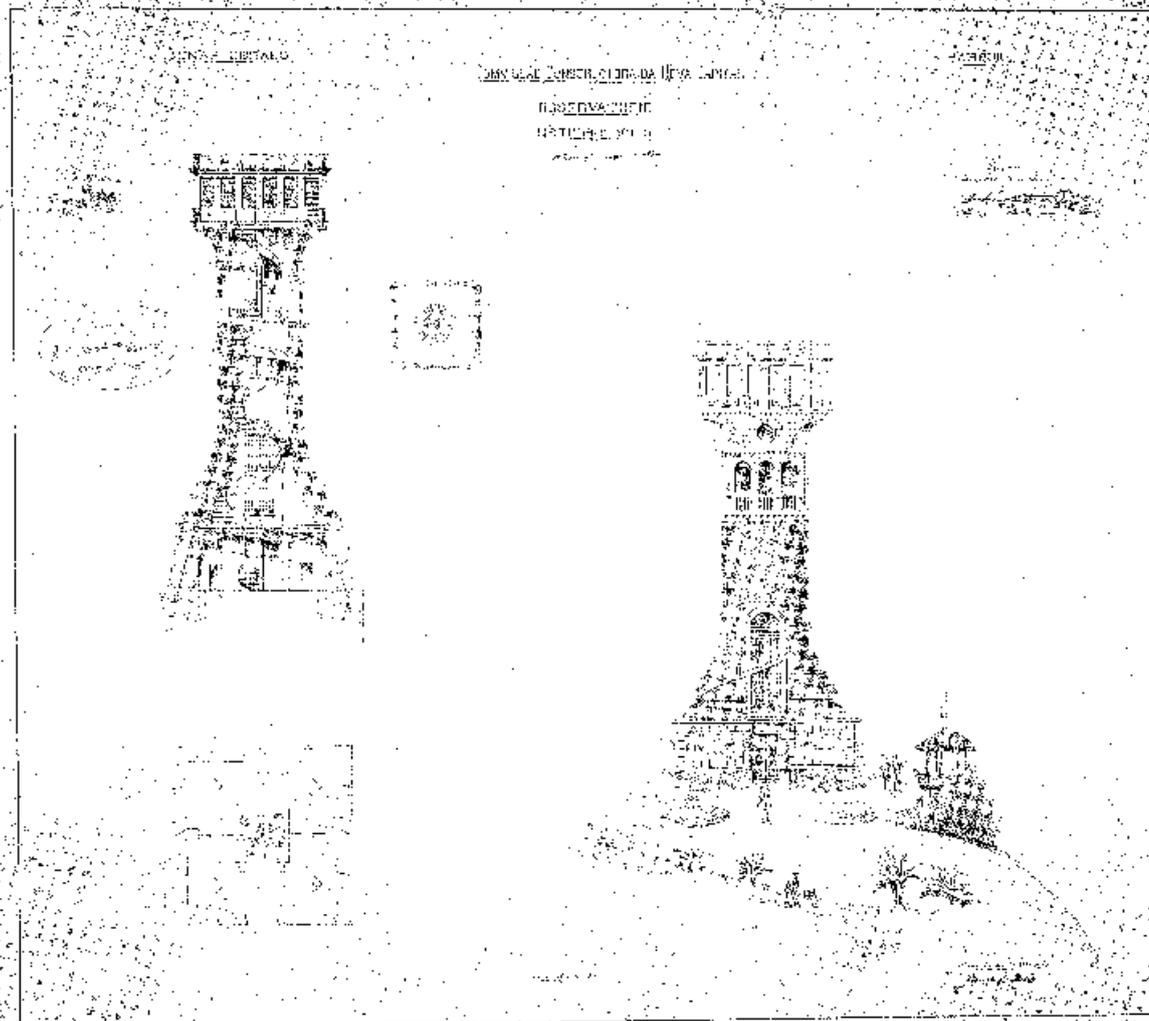
13-12-910



Approva
13-12-910
C. Barreto
O. Barreto

Projeto da entrada principal

ARQUIVO MUSEU ABILIO BARRETO
[FIM DO SÉCULO PASSADO]



Projeto do Observatório Meteorológico

ARGENTINO MURRI AZEVEDO
[FIM DO SEU TRABALHO]

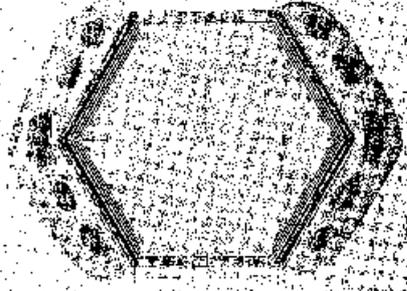
APPROVED
24/1/1960
[Signature]

Vista nº 700 Grande nº 110
[Signature]

MINAS GERAES
COMISSÃO CONSTRUCTORA DA NOVA CAPITAL

KIOSQUE PARA O PARQUE
[Signature]

Approved
[Signature]



PLANTA
[Signature]

beu um morador ilustre, o próprio Aarão Reis, que, em seu interior, podia desfrutar de ambiente mais aprazível que o cenário conturbado da cidade em construção. Na planta geral da nova capital, a área destinada ao Parque encontrava-se delimitada por quatro grandes avenidas: a Afonso Pena, a Avenida da Manriqueira (atual Alfredo Balena), a Avenida Araguaia (atual Francisco Sales) e a Avenida Tocantins (atual Assis Chateaubriand).

Para dirigir os trabalhos de urbanização do local, foi convidado o arquiteto-jardineiro Paul Villon, que, para melhor controlar as obras, também fixou residência no Parque, numa velha fazenda situada às margens do Córrego Acaba-Mundo, onde hoje se encontram as avenidas Afonso Pena e Carandaí. Francês de Côte Saint André, Villon era filho de pais jardineiros e tinha uma experiência considerável. Ainda na França, havia participado de projetos paisagísticos em Paris e Marselha. Vindo para o Brasil, dirigiu os trabalhos do Campo da Aclamação e da Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, tendo como chefe o também francês Auguste Marie Glaziou, Diretor de Parques e Jardins da Casa Imperial.

Com Glaziou, Villon tomou contato com o paisagismo romântico, de influência inglesa, muito em voga naquela passagem do século e muito diferente do jardim francês, geométrico. No paisagismo romântico, é a natureza que serve de inspiração para o artista, que a ornamenta de acordo com a sua fantasia. Toda essa liberdade não significa, no entanto, arbitrariedade, como bem precisou um especialista no assunto, Jules Vacheront, em *Les parcs e les jardins au commencement du XX Siècle*. "Um jardim romântico é uma obra de arte lançada na própria natureza, não ao acaso caprichoso de exemplos que esta coloca sob nossos olhos, mas com discernimento e seguindo regras", escreveu Vacheront. Ele ressaltava que o jardim romântico não era uma simples imitação da natureza - "antes de mais nada, o paisagista deve se aplicar a não ofender suas leis e, pelo contrário, apropriar-se delas;

mas ele deve também procurar dar a suas criações o caráter mais artístico possível.”

Assim, o Parque Municipal foi projetado para ser um parque inglês, uma ilha de romantismo na geométrica cidade de Aarão Reis. Orgulhoso do que via brotar diante de si, o arquiteto e cronista Camarate destacou as vantagens de Belo Horizonte para acolher o Parque: “(...) o terreno é mais graciosamente acidentado; a zona mais fértil e luxuosa; a água, aproveitada de vários córregos e nascentes, mais abundante; o horizonte mais vasto, mais agradável, mais ameno e, por entre todos estes prodígios dons da natureza mineira, formigam cascatas, grutas, ruínas, tanques, coretos, chalés, viveiros, gaiolas, alamedas frondosas, clareiras”. A nova capital reunia, num só ponto, todos grandes atrativos de similares notáveis, os encantos dos Campos Eliseos, do Parque Monceaux, das Buttes-Chaumont, do Campo de Marte, do Parque de Montsouris “e de todos os jardins de que se ufana Paris”. “O nosso parque terá tudo”, sonhava Camarate, ele próprio ufanista.

“Aproveitou (Paul Villon) todas as sinuosidades do terreno, que são muitas naquela zona. Na depressão do terreno que fica no centro, estabeleceu um grande lago, alimentado por abundantes nascentes e pelo córrego que lhe fica vizinho. Neste lago que se desdobra em canais que serpenteiam por todo o parque, há distância de cem metros, de margem a margem, ilhotas onde já florescem árvores grandes e, por todas essas línguas de água, só poderá passear em canoa; o que é um inestimável prazer para os que como nós vivem tão distante do litoral!”

No Parque, há ruas largas para trânsito de carros, ruas extensas e quase planas onde os velocipedistas poderão fazer folletrias nos seus bicíclis; um coreto colocado em lugar alto para a música; um restaurante

*“Aqui um rio serpenteia e desliza suavemente; lá uma adorável cascata escorre marulhosamente.”
O Córrego do Acaba-Mundo e, ao fundo, a Igreja do Sagrado Coração*

ARQUIVO MUSEU ABELIO BARRETO
[NÚMERO 389116]



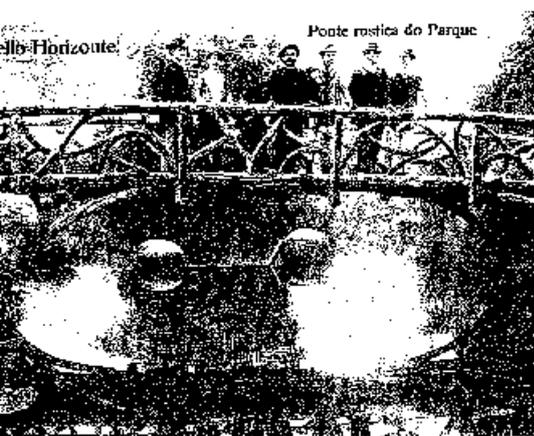
com todas as comodidades e todos os prazeres que dão os bonitos panoramas; um cassino com um teatrinho; uma gruta e um túnel, pitorescas casas para os guardas do parque e tudo isto disposto de maneira que, por uma acertada escolha de linha, se vê tudo, das entradas ou dos pontos principais do Parque”.

[CAMARATÉ]

A NATUREZA REVIGORADA

No projeto inicial, programou-se um grande lago para passeios em canoa, ruas largas para os carros, ruas extensas e planas para os bicicletas, um coreto para a música, um restaurante e um cassino com teatro, um observatório meteorológico, uma ponte artística e um imponente portão de entrada. Mas nem tudo pôde ser executado, a começar devido a questões financeiras — das edificações projetadas, apenas o cassino chegou a ser iniciado, numa esplanada onde hoje se encontra a Moradia Estudantil Borges da Costa. Além disso, o próprio conceito de planejamento romântico impedia uma total previsibilidade, devido às contingências colocadas pelos acidentes do terreno, por exemplo. A planta de escritório deixou de ser uma exigência rígida e Paul Villon foi moldando empiricamente o novo Parque.

O historiador Abílio Barreto narrou, com riqueza de detalhes, as transformações introduzidas por Villon na área, que aos poucos deixava de ser “aquele pedaço de terreno rudemente cultivado, onde apenas vicejaram laranjeiras, jaboticabeiras, coqueiros a esmo plantados e a vegetação quase rasteira dos mandiocais, lavoura predileta dos habitantes do antigo arraial”. Os aspectos desordenados da natureza desapareciam, os acidentes ásperos do terreno se harmonizavam e formavam-se alamedas largas, artisticamente contornadas, entrecortadas de ruas sinuosas, “uma manifestação de gosto,



Cartão postal.

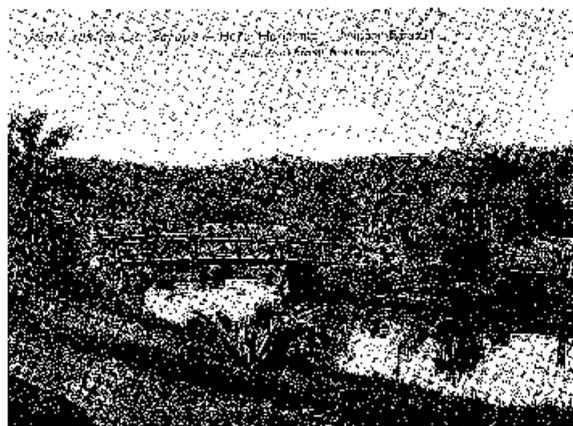
1910
1910

um pronunciamento de estética". E mais: "As águas que desordenadamente, corriam, formando, aqui e ali, charcos, somem-se para dar lugar a curvas graciosas, perimetrando a superfície de lagos sobre os quais se destacam ilhotas verdejantes, rochedos esparsos e pontes rústicas. Aqui um rio serpenteia e desliza suavemente; lá uma adorável cascata escorre marulhosamente. A vegetação surge bela, vicejante, mostrando todo o fervor de um carinho."

Valendo-se de sua experiência, Villon criou dois grandes viveiros às margens do Córrego Serra: um, para floricultura, com 13.135 m², e outro, com 139.500 m², para o plantio de "árvores indígenas e exóticas", que seriam usadas para a arborização tanto do Parque, quanto das praças, ruas e avenidas da cidade. Em 1895, o paisagista viajou ao Rio, para buscar dois mil pés de eucalipto, que se juntaram a uma série de espécies nativas já cultivadas.

Villon buscou também soluções simples, ao alcance da mão, para diversificar o viveiro, conforme anotou Abílio Barreto. No antigo Largo do Rosário, havia uma belíssima saponária, cujos frutos - popularmente conhecidos como sabonetes de soldado - foram colhidos pelo paisagista para suas sementeiras, posteriormente plantados em outros pontos da cidade. Em abril de 1896, os viveiros contavam com 21 mil mudas de árvores e ali Paul Villon fazia experiências com o cultivo de gramíneas e alfafa.

Uma idéia engenhosa do paisagista francês permitiu o aproveitamento de muitas das árvores de grande porte existentes nos quintais das casas do antigo arraial. Para evitar arrancá-las simplesmente, Villon valeu-se do seu transplante para o Parque, feito com o auxílio de uma máquina francesa, fabricada pela firma Dury-Sohy. Segundo Abílio Barreto, essa máquina não era mais nem menos que um carro que se abria para envolver o tronco da árvore e suas raízes com a terra que a cercava. "Feita a escavação em torno das raízes, abria-se o carro sobre a cova. Diversas correntes presas a este envol-



Ponte rústica. Cartão postal

ARQUIVO MUSEU ABÍLIO BARRETO.

viam o bloco de terra com as raízes, levantando-o à altura das rodas.", narra Abílio Barreto, uma tarefa que certamente devia causar admiração entre os moradores, a observar o carro puxado por dois animais.

Um grande acontecimento antes da fundação da nova capital foi a inauguração, em 7 de setembro de 1895, do Ramal Férreo, no local da atual Praça da Estação. A partir de então, todo o pesado material necessário aos trabalhos já não mais teve que ser buscado em General Carneiro, onde terminava a ferrovia. Para a inauguração e lançamento das pedras fundamentais dos primeiros Edifícios Públicos, veio um grande número de convidados de Ouro Preto e da Capital Federal, entre eles o próprio Conselheiro Afonso Pena e o engenheiro-chefe Aarão Reis.

As cerimônias daquele dia culminaram numa grande missa campal, celebrada num dos poucos lugares agradáveis daquele imenso canteiro de obras: o Parque Municipal. Em meio a um "frenesi entusiástico", segundo expressão de Abílio Barreto, os excursionistas desembarcaram e formou-se um cortejo com destino ao local da missa, "num belo e pitoresco planalto situado no Parque", entre coqueiros, de onde se podia ouvir "o marulhar próximo do Acaba-Mundo, em vistoso e magnífico pavilhão". O povo espalhava-se pelas cercanias. No momento do Evangelho, houve uma pausa para ouvir a pregação do Padre Júlio Maria, tomando como tema as seguintes palavras da Bíblia: "Se o Senhor não edificar e não guardar a cidade, debalde trabalharão os que a edificam".

No ano seguinte, o Parque já contava com 36.329 metros quadrados de vias abertas, dos quais 6.673 metros quadrados de alamedas macadamizadas, calcamento bastante comum na época, constituído por uma camada de pedra britada, aglutinada e comprimida. Ainda em 1896, grandes galerias de esgoto cortaram o Parque, prosseguindo pela margem direita do Arrudas.

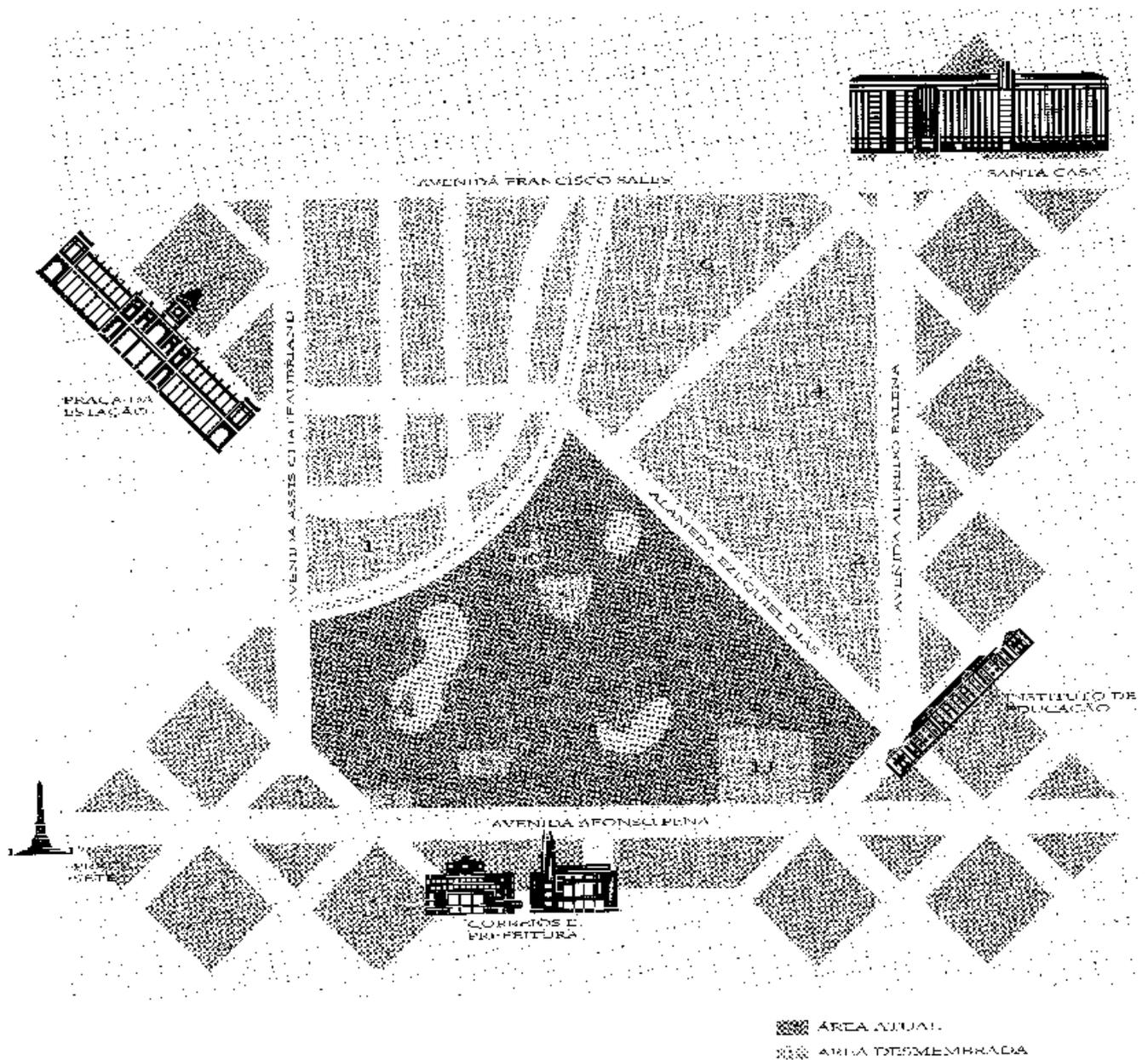
Em julho de 1897, toda a área reservada para o Parque já se encontrava delimitada e cercada por tela, embora apenas uma pequena parte, urbanizada. Apesar disso, considerou-se que o local oferecia condições de ser visitado pelo público. Membro da Comissão Construtora, o senhor João da Cunha Bittencourt foi nomeado, então, seu primeiro administrador. E, para a alegria de todos, o grande jardim romântico foi inaugurado em 26 de setembro de 1897, com uma retreta da banda da Corporação Musical Carlos Gomes, cuja história se confundiria com a do Parque naqueles anos pioneiros.

*Missa campal para inaugurar o Ramal
Férreo, "entre coqueiros, ouvindo-se o
marulhar próximo do córrego Acaba-
Mundo"*

Arquivo Museu Azilio Baccaro
[7.9.1895]



DESMEMBRAMENTOS DO PARQUE MUNICIPAL



CRONOLOGIA

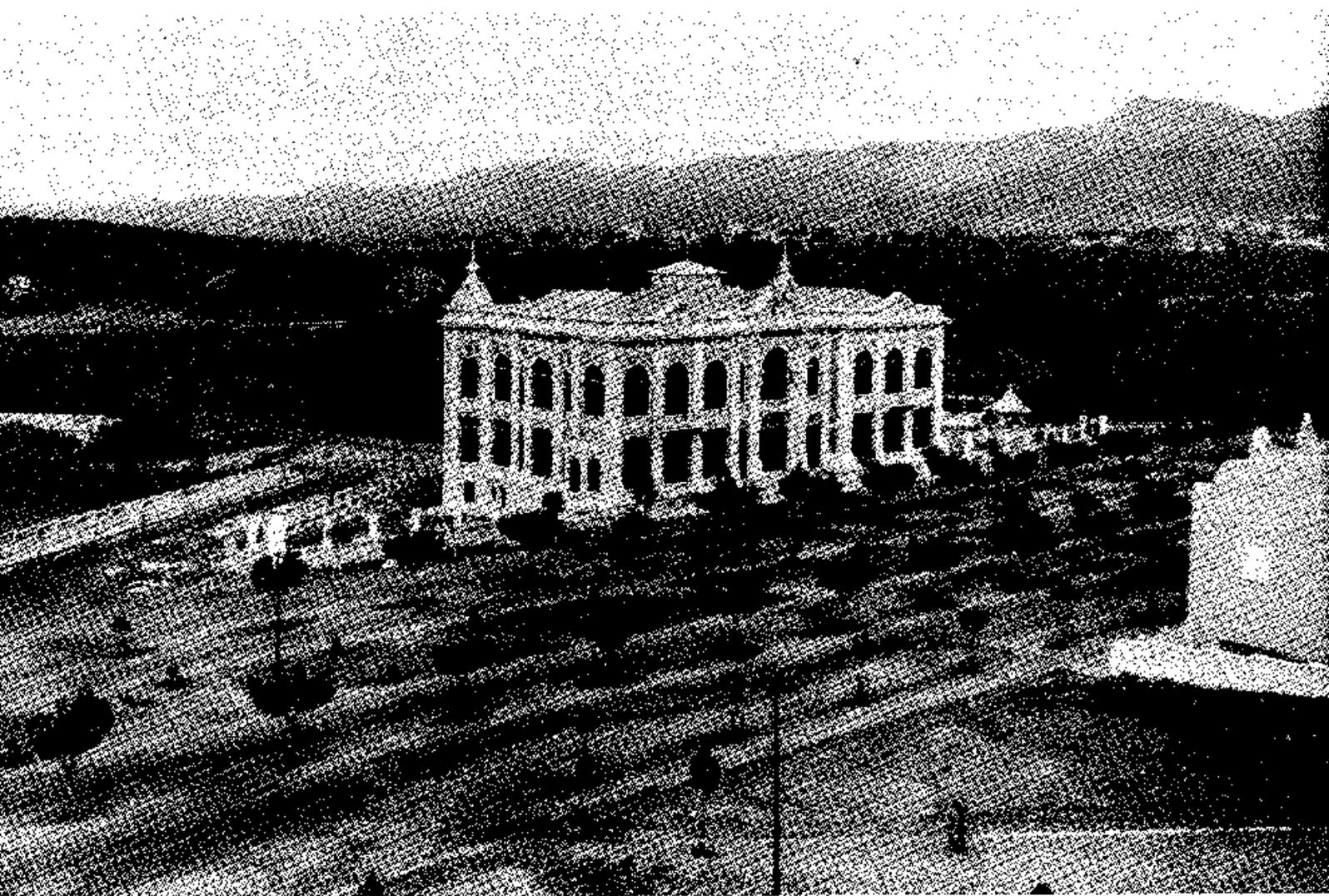
- 1
Data indefinida (primeiros anos)
- 2
1907
Diretoria de Agricultura
Laboratório de Análises
Campo Prático de Demonstração
- 3
Década de 10
Estação de Viação
(Abrigo de Bondes Santa Teresa,
Mercado das Flores)
- 4
1913
Faculdade de Medicina
Centro de Saúde do Estado
- 5
1915
Forno de incineração de lixo
- 6
1919
América Futebol Clube
- 7
1937
Prolongamento da Rua Pernambuco
- 8
1949
Teatro Francisco Nunes
- 9
1954
Imaco
- 10
1966
Orquidário Municipal
- 11
1971
Palácio das Artes

Nas plantas primitivas de Belo Horizonte o Parque Municipal era um vasto quadrilátero limitado por Mantiqueira; Francisco Sales; pelos logradouros ocupados hoje pelo viaduto Santa Tereza, Rua Assis Chateaubriand e Afonso Pena. Seus ângulos eram cortados ligeiramente (o que lhe conferia aspecto octogonal) por Bahia, pelo trecho desaparecido do quarteirão limitado por Itambé, Itatiaia, Assis Chateaubriand e Francisco Sales, por Bernardo Monteiro e Carandá. Hoje ele ocupa a quarta parte do espaço previsto para essa zona verde central e está reduzido ao triângulo demarcado pela Alameda Ezequiel Dias, Avenida dos Andradas e sua velha marca anterior de Afonso Pena. Parabéns aos senhores Prefeitos progressistas. Pêsames à população de Belo Horizonte, particularmente às crianças residentes nos arranha-céus do centro. A invasão foi lenta e sorrateira. Parece que primeiro vieram a Limpeza Pública, os Esportes Higiênicos, a Faculdade de Medicina e depois os hospitais São Geraldo, São Vicente, o dos Clínicas, a Diretoria de Higiene ou Desinfectório, o Estádio do America, o Instituto do Radium. Que sei eu? Já nos meus tempos de Belo Horizonte, isso pelos vinte, seu desmembramento estava feito e as urbanizações dos Governos Melo Viana e Antônio Carlos davam-lhe a forma atual e quase definitiva. Digo quase porque não sei o que virá depois da dentada que ainda abocanhou a lasca do Teatro. Para isto concorreu a indiferença da população.

[PEDRO NAVA, 1976]

CAPÍTULO 2

ANOS PIONEIROS



Se o Parque foi aberto ao público em pleno processo de construção, o mesmo aconteceu com a Capital, inaugurada com obras ainda se realizando por toda a parte. Quando, em 12 de dezembro de 1897, o Presidente do Estado, Crispim Jacques Bias Fortes, acompanhado pelo Conselheiro Afonso Pena e por uma grande multidão, assinou o decreto 1.085, declarando instalada a Cidade de Minas (o nome ainda era este) e para ela transferindo o governo estadual, quase tudo ainda estava por fazer. Embora o Palácio Presidencial, três secretarias, a Secretaria de Polícia, a Imprensa Oficial e um ginásio, além de inúmeras casas particulares, já estivessem quase terminados, nenhum prédio público encontrava-se totalmente pronto. A pressa era justificável - afinal, encerrava-se em poucos dias o prazo fatal de quatro anos, previsto na Constituição Mineira, para a construção da nova capital.

As festividades da inauguração foram acompanhadas de grande entusiasmo. Estenderam-se por 3 dias e 3 noites, nos quais ninguém pensava em trabalhar, e incluíam salvas de tiros e foguetes, bandas de música tocando marchas, discursos, vivas e até uma *marche aux flambeaux*. A luz elétrica, gerada por uma usina local que aproveitava a cachoeira do Ribeirão Arrudas, iluminava desde a véspera algumas das novas ruas, para espanto dos curralenses, que, boquiabertos, admiravam os fulgores das lâmpadas de arco voltaico.

o prédio
corretos e
rafos, onde
aje o edifício
ap, tendo ao
o Parque
cipal

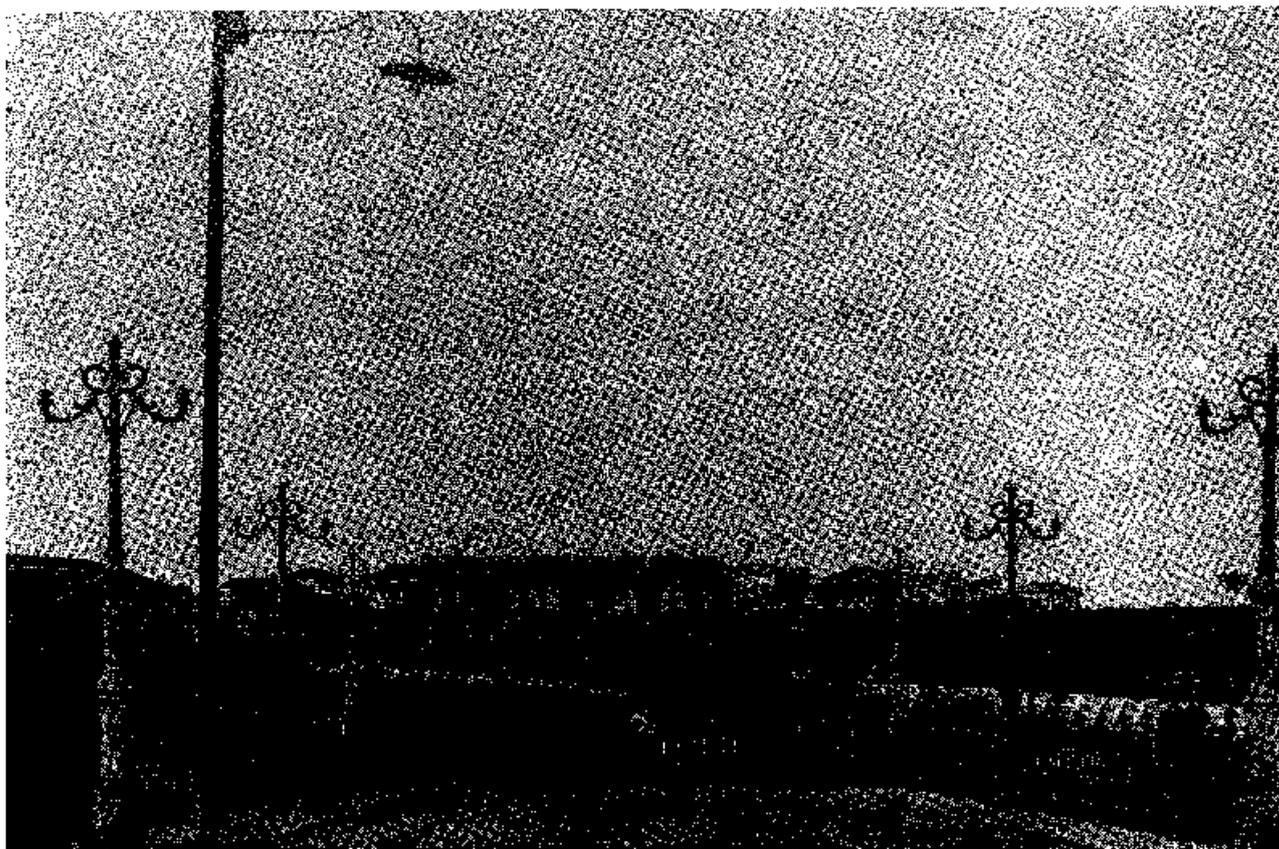
SEU J. L. O. BASSO
[illegible]

Tudo era festa, na narração do historiador Abílio Barreto: “Os bares não haviam cerrado as suas portas durante a noite, repletos de consumidores, bebendo e comendo, cantando, conversando, fumando, num vozear alegre e folgazão (...). Nos dois bairros, dos Funcionários e do Comércio, os habitantes continuavam azafamados nos arranjos domésticos de suas casas novíssimas e toda a cidade se prestava para os grandes acontecimentos do dia.”.

Embora a maior parte das comemorações oficiais tenha se dado na Praça da Liberdade, o Parque Municipal foi palco de pelo menos um evento importante e... de conseqüências desastrosas. A Comissão Construtora ofereceu, na noite da inauguração da capital, um banquete comemorativo para 200 talheres, que seria lembrado muito tempo – o peixe servido intoxicou os convidados.

A euforia com a mudança da capital, contudo, foi logo substituída por uma realidade dura: havia muito por fazer e a vida era difícil naquele cenário em construção. No início do ano de 1898, a cidade ainda era um imenso canteiro de obras. O ritmo da construção decrescia, pois a crise do café esvaziou os cofres do Estado. Vêem-se operários perambulando pelas ruas sem trabalho. Alguns empreiteiros fogem sem saldar seus compromissos, outros decretam falência.

Apesar de tudo, aos trancos, os trabalhos prosseguem e a nova capital sai do papel, tomando pouco a pouco a forma de um verdadeiro centro urbano. Como previra Aarão Reis, a região próxima à Avenida Afonso Pena passou a constituir de fato o centro obrigatório da cidade. Nela se instalaram as principais instituições públicas e serviços nesses primeiros anos, como o Palácio do Congresso, em 1898, o Teatro Soucasseaux, em 1899, o Mercado Municipal, em 1900, e a Igreja São José, em 1904. No começo do século XX, a cidade já estava mais consolidada, apresentando até calçamento em alvenaria em alguns trechos da Avenida Afonso Pena, que recebeu também trilhos para bondes.



*Antiga ponte sobre o ribeirão Arrudas,
hoje Viaduto Santa Teresita e, ao fundo,
o antigo prédio da Delegacia Fiscal*

ARQUIVO MUSEU DE LUIZ BARBOSA
[INSCRIÇÃO]

O poeta Olavo Bilac visita Belo Horizonte em 1903 e a descreve com entusiasmo:

“Como por milagre, no meio de um rude sertão, uma bela cidade moderna, com avenidas imensas, com palácios formosos, com admiráveis parques! Pelas ruas longas e arborizadas, rolam bondes elétricos, lâmpadas elétricas fulguram entre os prédios elegantes e higiênicos, motores elétricos põem em ação, nas fábricas, as grandes máquinas cujo ronron contínuo entoam os hinos de trabalho e da paz.”

PINCE-NEZ, BICICLETA E FOOTBALL

Entusiasmos à parte, a vida social naqueles primeiros anos não apresentava muitos atrativos. Nas ruas muito largas, sem calçamento nem arborização, não se encontrava praticamente ninguém e os poucos passantes eram, na descrição de outro visitante ilustre, o também escritor Monteiro Lobato, “positivamente funcionários que subiam e desciam lentamente, a fingir de transeuntes. Transeuntes públicos. Daí o sono que dava aquilo. Uma semana passada lá deixava a impressão de meses”.

O movimento restringia-se ao Largo da Matriz da Boa Viagem, último remanescente do Arraial, por onde transitavam as famílias nos fins de tarde. Os costumes modificavam-se com grande lentidão. Os velhos festejos de São João, no dia 23 de junho, com o levantamento do mastro no adro da matriz, acompanhado de fogos de artifício, bombas e foguetes, continuavam muito populares. Diversões ingênuas como a do pau-de-sebo, ostentando uma cédula de cinco, dez ou vinte mil réis na extremidade, faziam grande sucesso na capital recém-inaugurada. Na falta de lugares públicos apropriados, quase todas as reuniões eram organizadas nas

*A boa sociedade
época encontra
Parque o cenário
feito para flunar
despreocupada*

Arquivo Museu Histórico
(link: 00 0000)





*O público — ávido por quebrar a monotonia reinante — acompanha as corridas com um grande interesse
Pavilhão do Velo Club*

ARQUIVO N.º 10, ARQUIVO 10
1942, p. 10

casas de família, e mesmo alguns estabelecimentos comerciais, como a Farmácia Abreu, tornaram-se ponto de encontro.

Nesse quadro, o Parque teve um papel de destaque. A partir de sua inauguração, as retretas organizadas pela Corporação Musical Carlos Gomes passaram a atrair um público considerável, que se comprazia em admirar os lagos, as ilhas, os bosques, as ruas e avenidas, por onde passeavam os ciclistas e as famílias em carros e tálburis ou a pé. A boa sociedade da época encontra no jardim romântico o pano de fundo perfeito para flunar despreocupadamente, exibindo seus trajes de passeio. Por ali desfilavam empertigados senhores com bengalas, luvas e *pince-nez*, monóculos, chapéus e casacas inglesas, e senhoras com saias compridas e volumosas, longos cabelos enrodilhados no alto da cabeça, encimados por chapéus, que, para não fugirem com o vento, eram presos por grampos de metal. Tudo isso protegido, naturalmente, por amplos guarda-pós, numa tentativa de afastar a poeira vermelha, finíssima, que envolvia toda a cidade.

A nova época que despontava traduzia-se em signos a indicar mudança. Um dos mais fortes era a bicicleta, a modernidade em duas rodas. Introduzido em Belo Horizonte em 1896, por Fernando Esquerdo, com sua Cleveland, o ciclismo conquistou rapidamente o coração dos jovens e passou a ser praticado até por senhoras e senhorinhas, principalmente no Parque. Era de bom tom possuir uma bicicleta. Algo mais que uma moda passageira - toda uma postura que se transformava, na verdade.

Até o final do século XIX, o homem de boa estirpe não cuidava da cultura física. O moço de família era pálido, elegante e, de preferência, poeta. Considerava-se a ginástica prejudicial a saúde. Músculos fortes e peles douradas pelo sol poderiam aproximar - perigosamente numa sociedade hierárquica - os filhos da oligarquia dos escravos e serviçais. Na virada do século, no entanto, a nova preocupação com a higiene e a saúde favoreceu os exercícios físicos e os jogos

recreativos. Cultura e finesse já não bastavam: era preciso, também, exibir-se um belo corpo. Olavo Bilac declama:

*“Rapazes de braços nus mostram os nós reforçados
dos bíceps (...) Meninos! Foram músculos como esses
que ganharam a Batalha de Salamina (...) A gente
moça de Atenas, a ousada gente de Temístocles, tinha
os músculos e a coragem que ides agora adquirindo”.*

A corrida de bicicletas parece ter sido o primeiro esporte organizado na nova capital. Em 2 de janeiro de 1898, fundou-se no Parque o Velo Club. Seu primeiro presidente: Fernando Esquerdo, o dono da pioneira Cleveland. Naquele inverno, no dia 25 de julho, realizou-se a corrida inaugural, logo seguida de muitas outras. Ávido por quebrar a monotonia reinante, o público acompanhou as corridas com um grande interesse, materializado no movimento intenso das apostas. Tempos depois, o Parque viveu uma grande festa esportiva. Ao lado das já tradicionais corridas de bicicleta, disputaram-se corridas de velocipede e a pé, além da primeira competição pública de natação em um de seus lagos.

Também no final do século XIX, chegou ao Brasil, trazido por ingleses, um esporte que se tornaria coqueluche nacional: o *football*. Esporte de elite até pelo menos os anos 20 - quando o Presidente da República Epitácio Pessoa se opôs à inclusão de cidadãos de cor na seleção brasileira - o *football* foi introduzido em Belo Horizonte por Victor Serpa, no ano de 1904. Seu primeiro ensaio deu-se num gramado do Parque Municipal, localizado à direita do portão principal, na Avenida Afonso Pena, provavelmente onde hoje se localiza o Palácio das Artes. O Parque está também indissolivelmente ligado à crônica esportiva de Minas: foi ali que, em 1908, um grupo de 22 adolescentes interioranos, cujas idades variavam de 13 a 17 anos, fundou o Clube Atlético Mineiro

O Parque, com a ma
de São José em const

Arquivo Museu Arago 30000
[1903]



O PARQUE SOFRE AS PRIMEIRAS MUTILAÇÕES

Nos anos pioneiros, o Parque experimentou um processo ambíguo de ocupação: enquanto se consolidavam lentamente as áreas urbanizadas, grande parte de seu território original era desmembrado e reduzido de forma drástica, com perdas que nunca mais se recuperariam. O Parque podia, então, ser dividido em duas porções bastante distintas: a ajardinada, ao longo da Avenida Afonso Pena, e a não ajardinada, que compreendia quase todo o terreno às margens do Arrudas e todo aquele a sudoeste do Córrego do Acaba-Mundo.

Cedo, o Parque perdeu a área ao norte do Arrudas, na confluência das avenidas Tocantins e Araguaia, hoje Assis Chateaubriand e Francisco Sales, respectivamente. Em 1912, o Prefeito Olinto dos Reis Meireles anunciou que estava providenciando o seu fechamento, tendo como limite as margens do ribeirão. Quanto à sua extremidade sudoeste, pretendia-se destiná-la a um jardim botânico. Do relatório do prefeito, em 1905: "É pensamento da administração conservar a parte sudoeste com a arborização nativa que ali se encontra, fazendo-se apenas a seleção das plantas e abrindo-se estradas largas para passêios, sem alteração da conformação natural do terreno".

Em 1907, encontrou-se uma solução menos onerosa aos já sobrecarregados cofres públicos municipais: entregar ao governo do Estado a porção sudoeste do Parque, que se abria para a Avenida Mantiqueira, atual Alfredo Balena. Ali, deveriam ser instalados a Diretoria da Agricultura e um laboratório de análises. Não estava mais em cogitação continuar os trabalhos de Paul Villon. Depois do afastamento do paisagista francês e da morte de seu sucessor, José Jorge da Silva Penna, extinguiu-se o cargo de diretor do Parque, que passou aos cuidados do diretor-geral de obras do município.

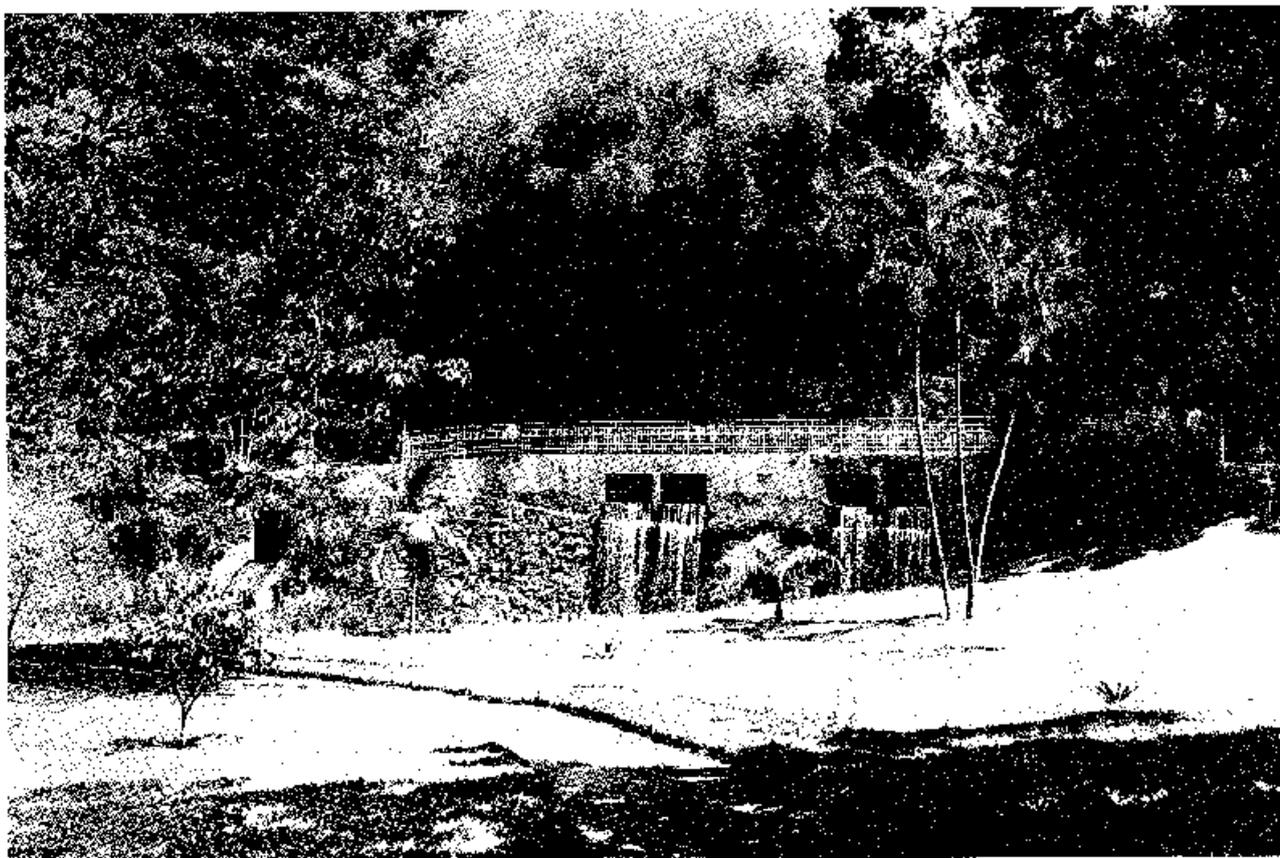
A manutenção e aperfeiçoamento do que já existia parecia ser a tônica das intervenções que o jardim inglês sofreu

nesses primeiros tempos. Construíram-se pequenas sajetas ao longo dos arruamentos já traçados, que foram parcialmente encascalhados. Houve plantação e conservação de árvores e grama, ao mesmo tempo que procedia-se sistematicamente à limpeza dos lagos existentes, sempre assoreados pela lama trazida pelos ribeirões. O Parque recebeu também 40 bancos de madeira com pés de ferro, cimentados em pequenos maciços de alvenaria, para não serem roubados. Novos portões foram instalados e pequenas alamedas abertas. O Prefeito Francisco Bressane de Azevedo resumiu em seu relatório de 1905 a atitude que marcou as primeiras administrações: "(...) o Parque, embora não se lhe tenha desenvolvido a área plantada, tem-se conservado da melhor forma possível a parte ajardinada, de acordo com poucos recursos da verba orçamentária".

PALMEIRAS, ACÁCIAS, SABOEIRAS, CINAMOMOS...

O grande orgulho das administrações eram mesmo os viveiros de plantas organizados por Paul Villon, que forneciam mudas não só para a capital, mas também para vários outros municípios de Minas e de outros estados. Em 1907, o relatório da administração informa que os viveiros forneciam 4100 mudas a diversos municípios, além de palmeiras, acácias, saboeiras, jambosas, eucaliptos, malvácias, cinamomos, flamboyants, magnólias, canfoeiras, terminálias, ficus ben-jamim, entre outras, para compor a arborização de Belo Horizonte. "Não há no Brasil uma outra cidade em que se consagrasse tanto zelo por esses renques verdejantes das ruas e praças, considerando-os como acessórios indispensáveis", enalteceu, posteriormente, Álvaro Astolpho da Silveira, engenheiro-chefe da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de Minas Gerais.

No final da primeira década do século, porém, uma seca prolongada deixou o Parque com um aspecto desolador: os



*Uma usina local que
aproveitava a cachoeira
do ribeirão Arrudas*

Arquivo Museu Atilio BARRATO
[1933]

jardins e a grama ficaram praticamente destruídos. Em 1911, o Prefeito Olinto dos Reis Meireles enfrentou a situação e recuperou a área ajardinada. Além disso, começou pela primeira vez a tratar a parte não ajardinada, a sudoeste do Acaba-Mundo, onde “ao lado de brejos, existia grandê cópia de cobras venenosas e viveiros de mosquitos”. A intenção era transformar essa parte “inculta” em “parque florestal”.

Para isso, o mato rasteiro foi limpo e o local ganhou eucaliptos e paineiras. Três grandes ruas foram abertas, em articulação com as da parte ajardinada, por meio de pontes e aterros. O Acaba-Mundo, que atravessava o Parque a céu aberto, alimentando seu lago principal, funcionava como uma divisa entre as duas áreas. Sobre ele, construiu-se uma ponte em arco, para ligar a parte antiga do Parque à nova. O brejal existente foi drenado. As águas coletadas sofreram um desvio para os lagos e serviam ainda para a irrigação do Parque e dos viveiros de plantas. Completando o trabalho, num local onde antes havia uma bacia de água estagnada, formou-se um novo e pitoresco lago para a criação de peixes de grande porte. Parte dessa região corresponde hoje à extremidade do Parque próxima à Alameda Ezequiel Dias e o pitoresco lago, ao Lago do Quiosque.

COMEMORAÇÕES OFICIAIS E CARNAVAL

Nesses primeiros anos, o Parque foi palco de acontecimentos marcantes, como a comemoração da descoberta do Brasil, no inusitado 3 de maio de 1900 (essa mudança de data deveu-se à introdução do calendário gregoriano, que ocasionou então a supressão de alguns dias). Muito concorridas, as comemorações incluíram missa campal pela manhã e a já tradicional corrida de bicicletas à tarde, organizada pelo Velo Club. Na noite seguinte, o Parque, artisticamente iluminado, assistiu a uma quermesse, com renda revertida para a Santa

Casa. As vastidões daquela mancha verde no centro de Belo Horizonte eram ideais para as celebrações cívicas: no dia 7 de setembro de 1907, aconteceu o primeiro desfile escolar em homenagem à Independência de que se tem registro na nova capital.

Mas, nem só de festas oficiais vivia o Parque Municipal. O carnaval, comemorado pela primeira vez em 1909, tornou-se o maior acontecimento festivo da modorrenta vida de então. A Avenida Afonso Pena era o centro da alegria. Aberto para os foliões, o Parque abrigou em 1908 a primeira batalha de confetes, organizado por um barulhento Clube dos Progressistas. Autor de uma história das três primeiras décadas de Belo Horizonte, Paulo Kruger Corrêa Mourão registrou:

“As batalhas eram então de confetes, de pós dourados e de hisnagas... das janelas das casas atiravam-se flores e serpentinas”.

O início da década de 10 encontra uma cidade diferente: de simples centro administrativo, Belo Horizonte passava pouco a pouco a constituir um verdadeiro centro econômico. A própria população com que contava na época da inauguração (doze mil habitantes), aliada à precariedade de acesso, induziu a que se instalasse uma série de estabelecimentos industriais e comerciais para seu abastecimento. Um pouco mais tarde, quando os vales do Rio das Velhas e do São Francisco começaram a se interligar com os mercados do centro-sul, a capital converteu-se em centro de comércio de gado e de distribuição de mercadorias para aquelas zonas. E, em 1912, Belo Horizonte já contava com 38.822 habitantes e um parque industrial com 91 estabelecimentos.

No mesmo ano, a progressista capital celebrou a entrada da primavera com uma grande festa no Parque, agora adornado com uma plantação de rosas junto à cerca de arame em frente da Avenida Afonso Pena. Na impossibilidade de en-

volver toda a área com um gradil trabalhado - sonho de várias administrações - esse foi o modo artístico e econômico de dar um fechamento digno ao principal jardim público da cidade.

A capital cresce e, pouco a pouco, torna-se mais movimentada. Em 1908, inaugurou-se o *Cinema Theatro Comercio*, na Rua dos Caetés, com capacidade para 800 espectadores. Em 1909, foi a vez do imponente *Theatro Municipal*, na Rua da Bahia, esquina com Goiás. Em 1911, surgiu o novo Palácio da Justiça, em frente à entrada principal do Parque. Em 1912, os 31 bondes que cortam as ruas da capital partem da *Viação Eléctrica*, estação inaugurada dois anos antes, no cruzamento da Afonso Pena com Bahia, ao lado do Parque. Ali, um relógio colocado em uma pequena torre orientava o público, que lentamente ia se acostumando ao novo ritmo. De um anúncio da época:

"Na Estação da Estrada de Ferro Central, a chegada dos trens, haverá bondes extraordinários, no caso dos atrasos dos trens. Nas noites de espetáculos, depois de terminados os mesmos, haverá bondes para todas as linhas. A Companhia contrata bondes especiais a 6\$000 por secção, assim como freta bondes para condução e de mudanças a preços módicos."

Em 1913, Belo Horizonte tinha 500 telefones, outro símbolo dos novos tempos. Mas, o signo maior do progresso já rodava há algum tempo pela cidade - no dia 23 de julho de 1908, as ruas amplas e poeirentas da nova capital ouviram pela primeira vez a buzina estridente de um automóvel, o novo som do século. Em 1913, a administração via-se na contingência de regulamentar a entrada desses veículos no Parque e pensou-se seriamente em proibir o tráfego daqueles dirigidos por condutores não habilitados. Os abusos, no entanto, pareciam não diminuir: alguns anos mais tarde, um

prefeito se queixava dos prejuízos causados aos bancos do Parque, arrancados e quebrados por automóveis.

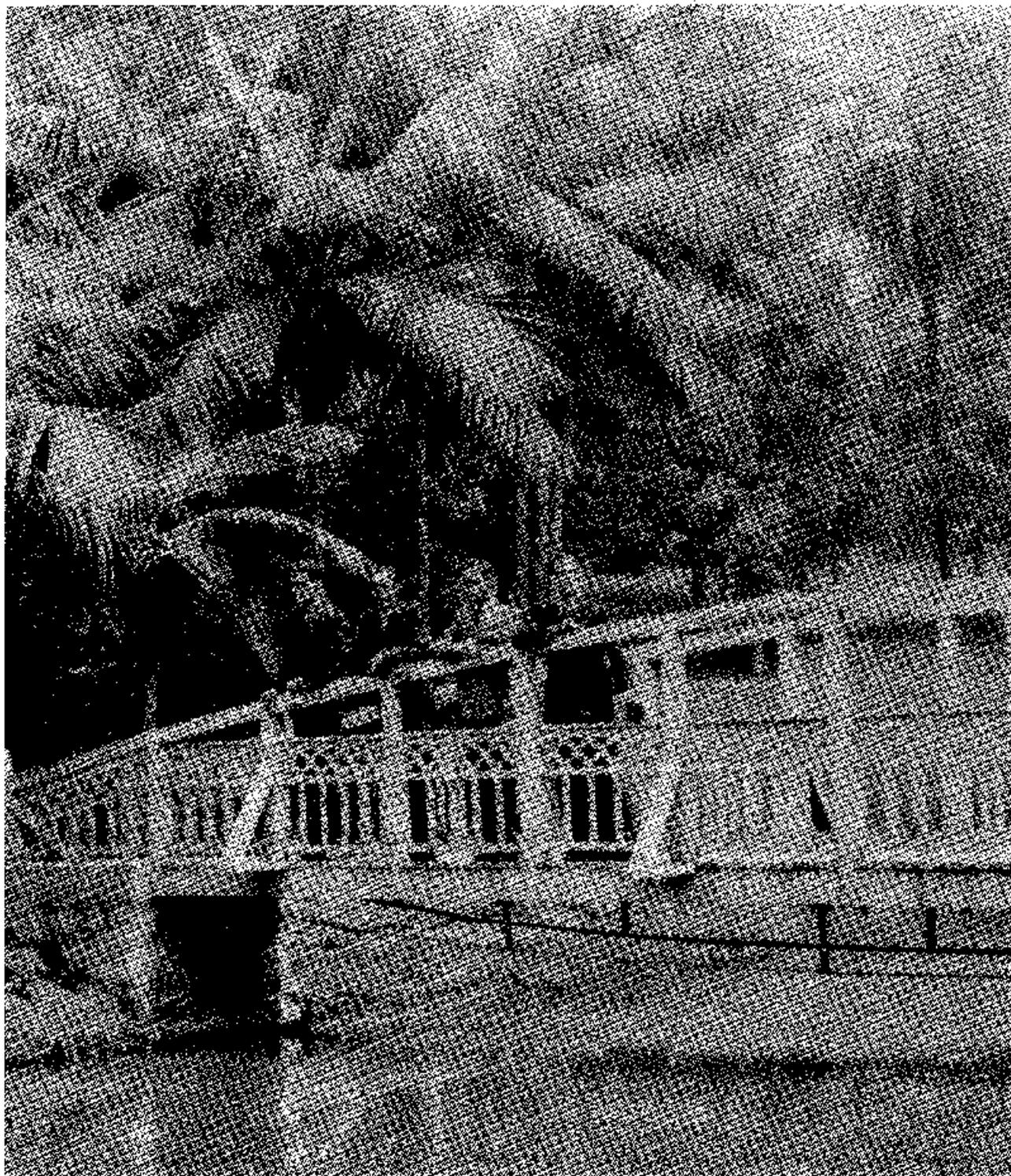
A onda de crescimento foi interrompida, no entanto, no período entre 1914 e 1918. Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, Belo Horizonte viveu uma séria crise. Ao lado das dificuldades financeiras, sentidas em todo o país, a interrupção das importações atingiu profundamente uma cidade em construção. Quase todo o material vinha da Europa, dos travamentos de aço usados nos assoalhos aos telhados dos palácios. Madeira, cimento, ferragens, tinta, telhas francesas, moldes de décor pré-fabricados, tudo era importado. Assim, se, em 1912, foram aprovadas 393 construções particulares, esse número não passou de 27, em 1919. Com o caixa apertado, a Prefeitura reduziu drasticamente os incentivos - cessão de lotes e energia elétrica - que colocava à disposição das indústrias interessadas em se instalar em Belo Horizonte. Resultado: desemprego e grande êxodo urbano. A cidade se esvazia. Como relata um cronista da época, há "mais de 600 casas fechadas, ou para alugar e vender, a preços ínfimos (...) a cidade está despovoada e desfinhando para morrer".

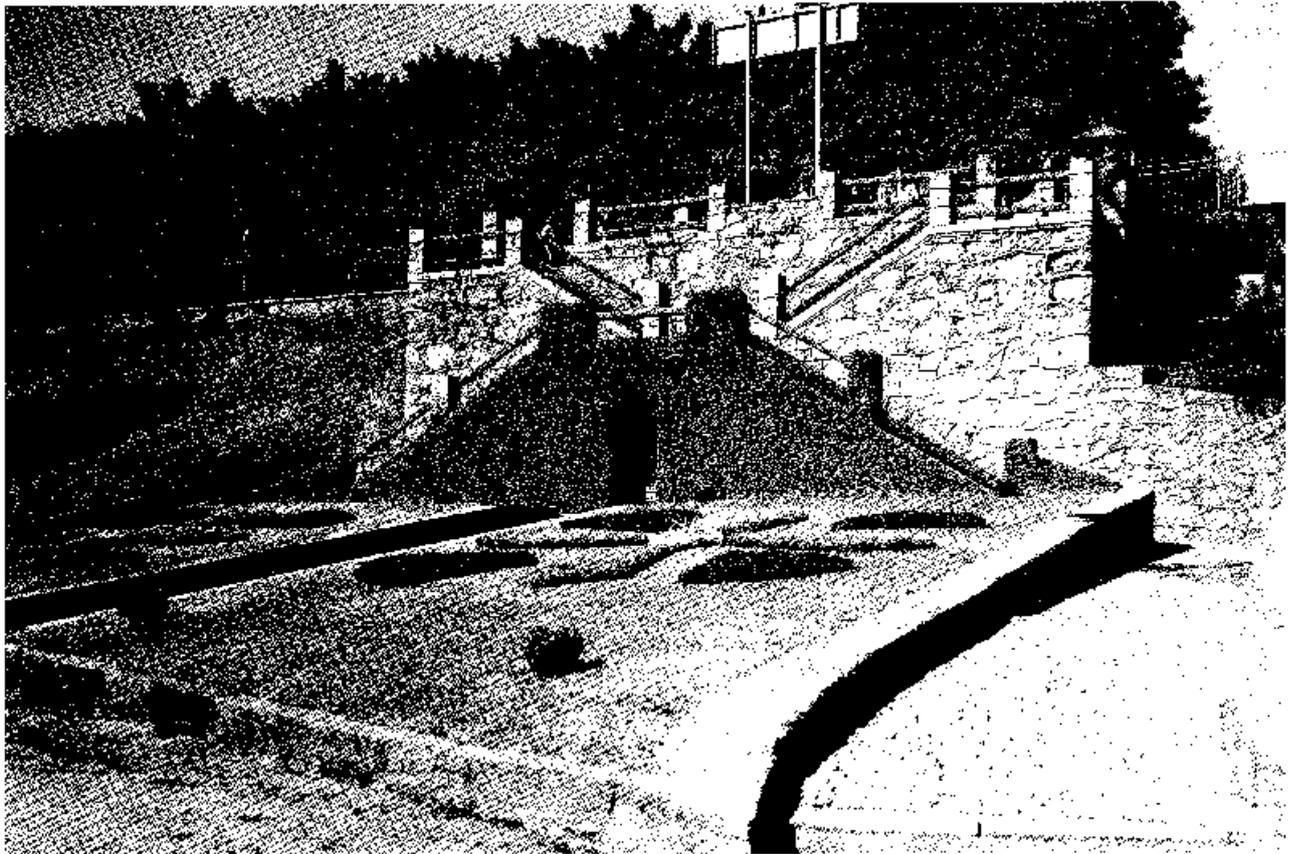
UM APELO EXPLÍCITO A NOVAS MUTILAÇÕES

No *Minas Gerais* de 19 de agosto de 1917, aparece um artigo assinado por Gustavo Penna, com o curioso título *Contra o Parque de Belo Horizonte*. No texto, o autor expunha a idéia - dominante, mas nunca tão abertamente declarada - de que era necessário reduzir a área do gigantesco Parque Municipal, caso se quisesse conservá-lo com os poucos recursos existentes. Começava reclamando da amplidão exagerada da nova capital e defendia um redimensionamento para uma população de 50 ou 60 mil habitantes. Assim, Belo Horizonte seria "mais alegre, mais animada, e menos penosa a existência sob muitos pontos de vista", pregava o articulista. "Pois não é

*Desde a sua inauguração o público se com-
admtrav os seus
suas ilhas, seus b*

Arquivo Arq. Cassiano Branco
[1925]





*Ao lado da Agência de
Bundes constrói-se, em
1926, um mabalhado
belvedere, projeto de
Magno de Carvalho*

Arquivo Escola Velocitas
[Foto: RF-41]

esquisito ocupar esta cidade uma superfície de cerca de trinta quilômetros quadrados, a área de grandes cidades na Europa, com uma população dez ou quinze vezes superior?”, indagava Gustavo Penna.

Suas palavras refletiam bem a situação da cidade no período: quase 70% da população concentrava-se fora da zona urbana. O que não se dizia é que essa distribuição era fruto, na verdade, da especulação imobiliária, em curso na capital desde sua construção, e da deliberada política governamental para sanear o centro. Com isso, era quase automática a expulsão para a zona suburbana dos que se fixavam em Belo Horizonte. Assiste-se, então, ao adensamento populacional da periferia, enquanto na área central inúmeros lotes permanecem vagos. Essa ocupação dispersa encarecia os serviços urbanos e deteriorava a qualidade de vida. O quadro era alarmante: falta de moradias, deficiência no serviço de água e esgoto, calçamento das ruas praticamente inexistente e precariedade nos transportes. Situação mais evidente ainda na época da crise.

“Quem contempla de qualquer ponto o panorama de Belo Horizonte não deixa de admirar a enorme vastidão do terreno que ocupa, a extensão de suas ruas, muitas de mais de dois mil metros, retilíneas, num total de 72 quilômetros, onde o arvoredo põe um debrum verde sobre a fronteira das casas, tornando-as soturnas à noite; os seus magníficos edifícios públicos, o imenso casario, ocupando mais de uma légua em quadra. Grandioso, mas melancólico.”

[GUSTAVO PENNA]

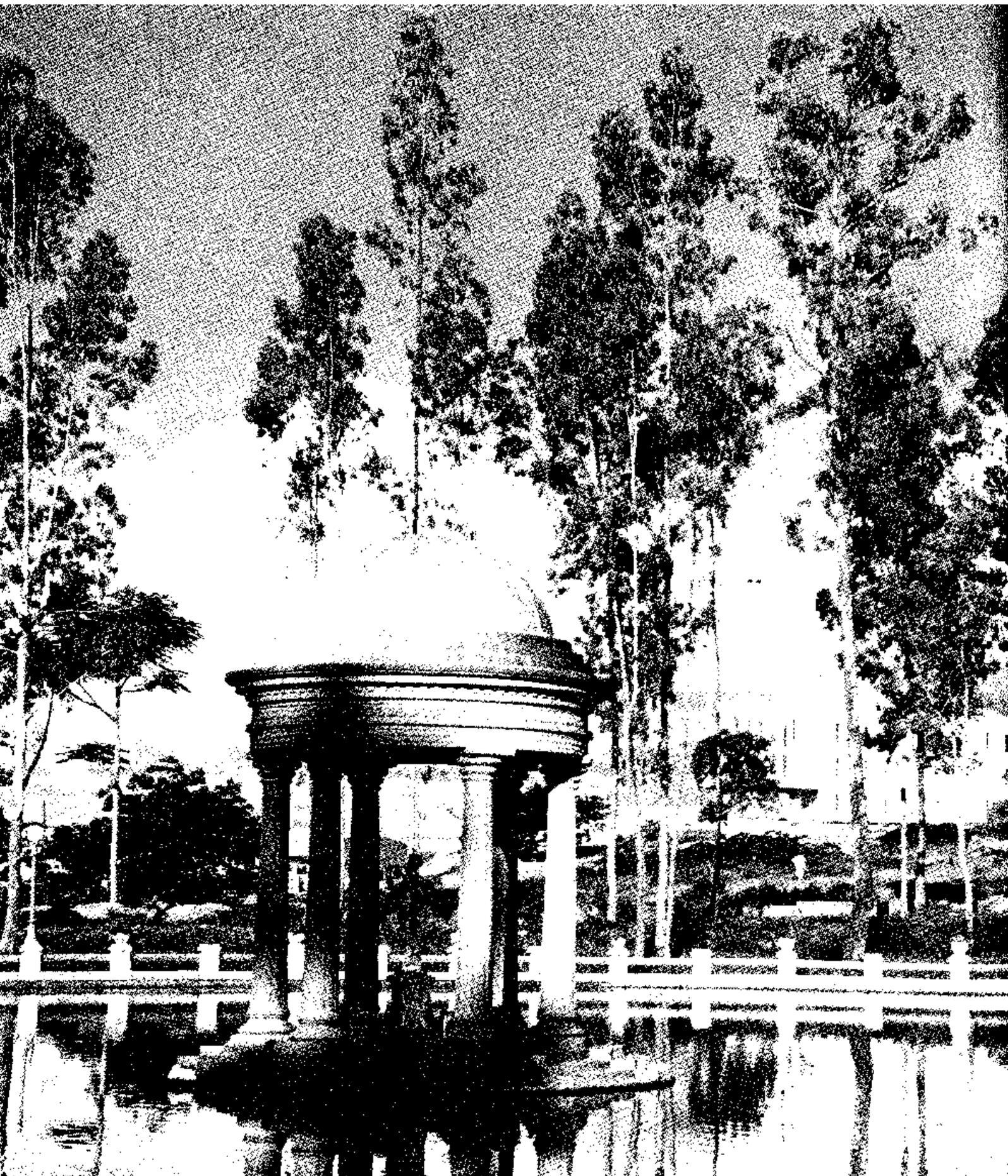
Para o Parque, Gustavo Penna reserva o ataque frontal às suas qualidades (“quase inteiramente desprovido de árvores de merecimento, em terreno tão ingrato que nem germina ali um punhado de grama, com seus lagos desornados

de aves formosas”) e a ironia (“é o ermo em plena cidade onde raros passeantes melancólicos lembram almas de justos nos Campos Elíseos”). Diante dessa completa “inutilidade”, a conclusão vinha por si mesma: a Prefeitura devia reduzir o Parque para conservá-lo melhor e ... ceder, de forma gratuita, uma faixa de 50 metros ao longo da Avenida Afonso Pena, “para edificações de belos prédios, sob condição de serem as respectivas plantas aprovadas em concurso”.

A idéia não era nova e, já em 1912, o Prefeito Olinho dos Reis Meireles argumentava de forma contrária, afirmando que, embora o espaço destinado ao Parque parecesse a muitos exagerado, era dever administrativo “conservar avaramente a área atual, tratá-la e melhorá-la o quanto possível”. No ano seguinte, o governo do Estado, que detinha uma autoridade superior à da Prefeitura e distribuía a seu critério as terras da capital, doou 45.241 metros quadrados da superfície do Parque para a implantação da Faculdade de Medicina e do Centro de Saúde do Estado.

Não havia como ser “avaro” com um terreno tão grande, “inculto” em sua maior parte e parecendo se oferecer a experiências de todo o gênero. Em 1914, instalou-se na extremidade sudoeste do Parque o forno de incineração, receptor de parte do lixo produzido na capital. Em 1919, nova mutilação: o poder público ofereceu para o América Futebol Clube um terreno de 19.388 metros quadrados, hoje ocupado por um hipermercado, na Avenida Francisco Sales. Em troca, Belo Horizonte “recebeu” o antigo campo deste clube, localizado na Avenida Paraopeba (atual Augusto de Lima), onde, mais tarde, seria construído o Mercado Municipal.

Em 1920, lançou-se a pedra fundamental do Instituto do Radium (atual Moradia Estudantil Borges da Costa), especializado em curieterapia, inaugurado dois anos mais tarde. Pouco a pouco, vai se conformando ali, onde antes era Parque, uma região hospitalar. Foram instalados, também, o Hospital São Geraldo, em 1920, e o Hospital São Vicente de Paula, em 1925, ambos demolidos posteriormente, assim como a primeira sede da Faculdade de Medicina.



CAPÍTULO 3

UM PARQUE NA “BELLE ÉPOQUE”

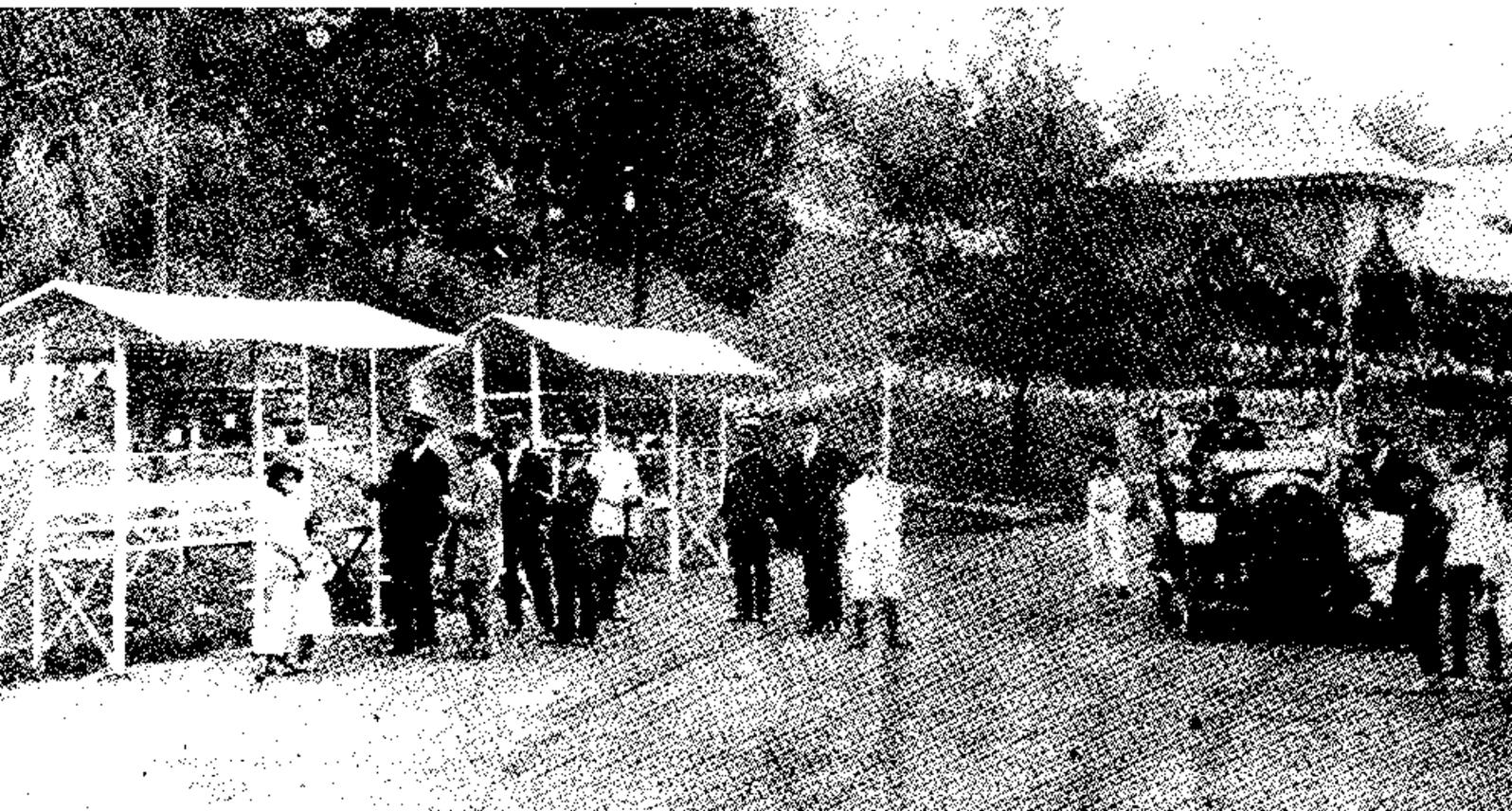
Os anos 20 assistem ao fim da crise gerada pela Primeira Guerra Mundial e a um novo surto de crescimento da cidade. O conflito europeu e a dificuldade em se conseguir material importado acabaram por deixar um subproduto positivo: surgiram várias indústrias locais, para substituir as inalcançáveis mercadorias importadas. A maior parte destes estabelecimentos produzia bens de consumo (alimentos, roupas, calçados, cerâmica), mas a proximidade das fontes de matéria-prima favoreceu também a instalação de várias siderúrgicas em municípios vizinhos de Belo Horizonte. Com isso, a capital se fortaleceu não só como pólo industrial, mas também como centro terciário e de prestação de serviços.

Em 1920, Belo Horizonte tinha 55 mil habitantes e um significativo contingente de trabalhadores ocupados na indústria. Já não era uma mera cidade administrativa, centro da burocracia do Estado. Afirmara-se como sólido centro regional - ao se iniciar a terceira década do século, Belo Horizonte era a terceira cidade do Estado em valor de produção, só superada por Juiz de Fora e Conselheiro Lafaiete.

Pouco antes, um obstáculo sério para o desenvolvimento de Belo Horizonte - a dificuldade de acesso - começou a ser resolvido. Em 1917, a Estrada de Ferro Central do Brasil passou, finalmente, a ligar Belo Horizonte ao Rio de Janeiro, por um ramal de bitola larga. Em 1920, a capital já se arti-

ago do Quiosque.
fundo, o Hospital
Radium.

DE BAPTISTA



*Mercado de flores e aves, com o pavilhão
do Velo Club, a direita*

Arquivo Mário Artur Baretto
[Início do século]

culava também com o oeste e o sudoeste do Estado e, em 1924, integrou-se ao ambicioso Plano Rodoviário do Governo Arthur Bernardes, como centro de uma malha de 15 mil quilômetros de estradas radiais.

Toda essa expansão resultou em mais recursos para a economia e os cofres públicos. O governo pôde voltar a investir na cidade em obras de conclusão de vias, extensão da iluminação e do transporte coletivo, remodelação de praças e substituição de parte da arborização. O ritmo das construções é acelerado e a capital vive sua primeira onda de demolições.

A cidade planejada sentia na pele a obsolescência que marca a modernidade: aquilo que é velho tem de desaparecer e mesmo o que é novo torna-se rapidamente antiquado. A antiga Matriz da Boa Viagem, o último e barroco remanescente do arraial, passou a ser considerada "sem elegância nenhuma no exterior, acaçapada e tosca no sistema de sua arquitetura, toda portuguesa no pesado das proporções e incorreções das linhas". Sob pretexto de encontrar-se em ruínas, iniciou-se já em 1911 a demolição de seu frontispício e, em seu lugar, surge, imponente, nos anos 20, uma catedral em estilo gótico.

A Estação Central, de aspecto romântico, com seu torreão medieval, foi substituída por outra, com fachada de linhas mais clássicas. A Praça Rui Barbosa recebeu novo perfil, com a reforma dos jardins de acordo com estilo francês. Ponto de chegada da nova capital, a antiga Praça da Estação ganhou requinte com canteiros geométricos, a vegetação baixa entre espelhos d'água e a ameaçadora panelha de tigres de pedra. Belo Horizonte viu-se acometida de uma verdadeira febre de construções. Entre primeiro de setembro de 1924 e 31 de agosto de 1925 foram executados 535 prédios e 195 dependências, modificações e acréscimos. Novas construções e substituição de edificações mais antigas tornaram mais denso o centro comercial.

"O neo-clássico e o art nouveau implantados na Capital por mestres-de-obras europeus começaram, então, a sofrer a competição dos bangalôs e de um neo-colonial alambicado, que se tinha como o supra-sumo do chique. Onde havia lote vago, brotavam construções desse tipo. Ninguém queria mais as casas de entrada lateral e comprida varanda, em cujas delgadas colunas de ferro fundido subiam jasmineiros que, rebatidos pelos lambrequins, deixavam pender a rama, convidando o morador à sesta".

[CYRO DOS ANJOS]

Os serviços públicos na cidade também foram ampliados especialmente nos setores educacional e de saúde. Os novos ginásios, a Universidade de Minas Gerais e a rede hospitalar atraíam milhares de pessoas, que abandonavam suas cidades no interior e migravam para a capital, em busca de oportunidades que só a cidade grande podia oferecer. Afinal, onde mais se poderia desfrutar de jornais, revistas, telégrafo, telefone, teatro, clubes, cinemas, colégios, academias, bibliotecas, hospitais, hotéis, botequins, padarias, armazéns, fábricas e oficinas?

UM REI VISITA A CIDADE

Para coroar todo esse surto de progresso, Belo Horizonte viveu, em 1920, um grande acontecimento: a visita do rei Alberto da Bélgica. Acompanhado pelo Presidente da República Epitácio Pessoa, eletrizou a cidade, que queria se mostrar moderna e cosmopolita ao soberano europeu. A capital preparou-se para fazer boa figura. O governo do Estado distribuiu sapatos novos para as crianças da rede escolar oficial e uma ajuda financeira para as professoras comprarem vestidos condignos. Intensificaram-se as melhorias urbanas,

como calçamento de ruas e remodelação de praças.

Local de hospedagem do rei e palco das principais festividades, a Praça da Liberdade foi a primeira a ser reformada — os jardins românticos do começo do século foram considerados provincianos demais e tiveram de ser substituídos. Um cronista comentou que a Praça não passava de um bosque, com árvores enormes, um coreto, algumas pontes metidas a rústicas e um bloco de cimento que fingia ser o Itacolomi. Esse paisagismo romântico e irregular deu lugar a um jardim com caminhos ortogonais e formas geométricas, inspirado nos jardins de Versalhes.

Na preparação do cenário de tão importante visita, surgiu uma dificuldade, logo resolvida. Não havendo tempo para a grama germinar nos jardins recém-traçados, recorreu-se ao alpiste, de crescimento mais rápido. No grande dia, tudo pronto. Belo Horizonte recebeu visitantes de todo o Estado “de norte a sul, de leste a oeste e mesmo do separatista Triângulo irreductível, que não corteja Belo Horizonte, acodem povos a conferir o Rei”. A cidade explode em festas: a Praça da Liberdade iluminada por “dez mil lampadazinhas multicores”, cinema grátis para o povo, bandas de música por toda a parte e “fogos de artifício e de feitiço para susto de cisnes e marrecos no Parque Municipal”, segundo os versos de Carlos Drummond de Andrade.

GRADES DE FERRO PARA PROTEÇÃO

Toda essa transformação da virada dos anos vinte atingiu, é claro, o Parque Municipal. Seu desenvolvimento seguia como na década anterior em duplo movimento: enquanto se consolidavam seus novos limites, o território recebia uma série de “embelezamentos artísticos” similares aos de toda a cidade.

Essa consolidação lenta pôde ser sentida na preocupa-

ção com o seu cercamento e as suas entradas. Depois das grandes perdas das primeiras décadas, o Parque encontrava-se agora reduzido a uma área mais facilmente delimitável e que podia ser cercada com menos ônus. Ainda em 1917, comenta Gustavo Penna, a respeito do cercamento do Parque: "se o fechassem com belas grades, como já se projetou há muitos anos, a despesa seria quase igual à renda líquida da Prefeitura". Em 1918, a cerca de arame que o cercava estava em ruínas. A administração municipal substituiu então os muros de madeira apodrecidos por postes de ferro.

Era necessário começar a se exercer um certo controle sobre o amplo espaço livre no centro da cidade, que servia muitas vezes apenas como passagem para carros e pedestres que se dirigiam à região da Praça da Estação. Para isso, as extremidades do Parque receberam portões de ferro. Para a entrada principal da Avenida Afonso Pena, projetou-se outro, o único a permitir a entrada de veículos.

Porém, só alguns anos mais tarde, na administração de Flávio Fernandes dos Santos, é que foram encomendados dois portões de aspecto "elegante e sóbrio" para adornar as entradas principais do Parque. Assim, nos anos de 1925 e 1926, a cidade viu aquele espaço ganhar entradas condignas: portões artísticos de ferro, ladeados por uma moldura de pilastras de pedra de cantaria, em substituição aos antigos de madeira nas entradas das avenidas Afonso Pena e Tocantins (Assis Chateaubriand).

Em 1926, realizou-se também um velho sonho: retirar a cerca de arame, substituindo-a, ao longo da Avenida Afonso Pena, por um belo gradil. Com um comprimento de mais de 500 metros, assentado sobre alvenaria de tijolos revestidos de cimento apoiada em fundações de pedra argamassada, o novo gradil não deixava o Parque fazer má figura frente a uma outra novidade que surgia naquele trecho da avenida.

A administração municipal dedicou maior atenção à artéria principal, submetendo a uma remodelação significati

va o trecho em frente ao Parque Municipal que “desdizia completamente com os melhoramentos por que vem passando a cidade”. Foram construídos 12 canteiros em seu centro, transformando a região entre as ruas da Bahia e Guajajaras num verdadeiro *boulevard*. Os passeios centrais eram de mosaico português, o piso da moda, e os outros, pavimentados com velhos paralelepípedos retirados da Praça da Liberdade. E, para completar, também os passeios que ladeavam o Parque receberam novo calçamento, de ladrilhos cerâmicos lisos, separados em painéis por meio de tijolos requemados (conhecidos como mezzanellas). “Foi uma solução magnífica para o caso, essa do (*boulevard*), que imprime hoje um aspecto gracioso ao longo do trecho da Avenida Afonso Pena, fronteiro ao Parque”, gaba-se, então, o relatório do prefeito.

UM CORETO EM AMBIENTE FRANCÊS

A mudança não se deu apenas do lado de fora. Internamente, o Parque foi objeto de muitos outros “embelezamentos artísticos”: o principal deles, a transferência, para o trecho próximo ao cruzamento da Avenida Afonso Pena com Rua da Bahia, do coreto localizado originalmente na antiga Praça do Mercado, que estava sendo reformada. Para recebê-lo, preparou-se uma praça circular, com canteiros de desenhos geométricos e regulares, típicos dos jardins franceses. Com isso, introduziu-se no Parque romântico, sonhado por Paul Villon no final do século XIX, um modelo de paisagismo que, nas reviravoltas da moda, havia se transformado novamente em símbolo da modernidade.

Essa modernização espalhou-se pela área próxima à nova praça, atingindo as margens do Lago das Garças (hoje Lago dos Barcos), que também recebeu um jardim francês, composto principalmente por roseiras. Mas, a concepção original se manteve reaparecendo de quando em quando:

naquele mesmo ano de 1926, a Ilha das Garças foi contemplada com uma ponte romântica, de madeira, com uma “parte central em arco de circo”, projetada pelo engenheiro Gravata.

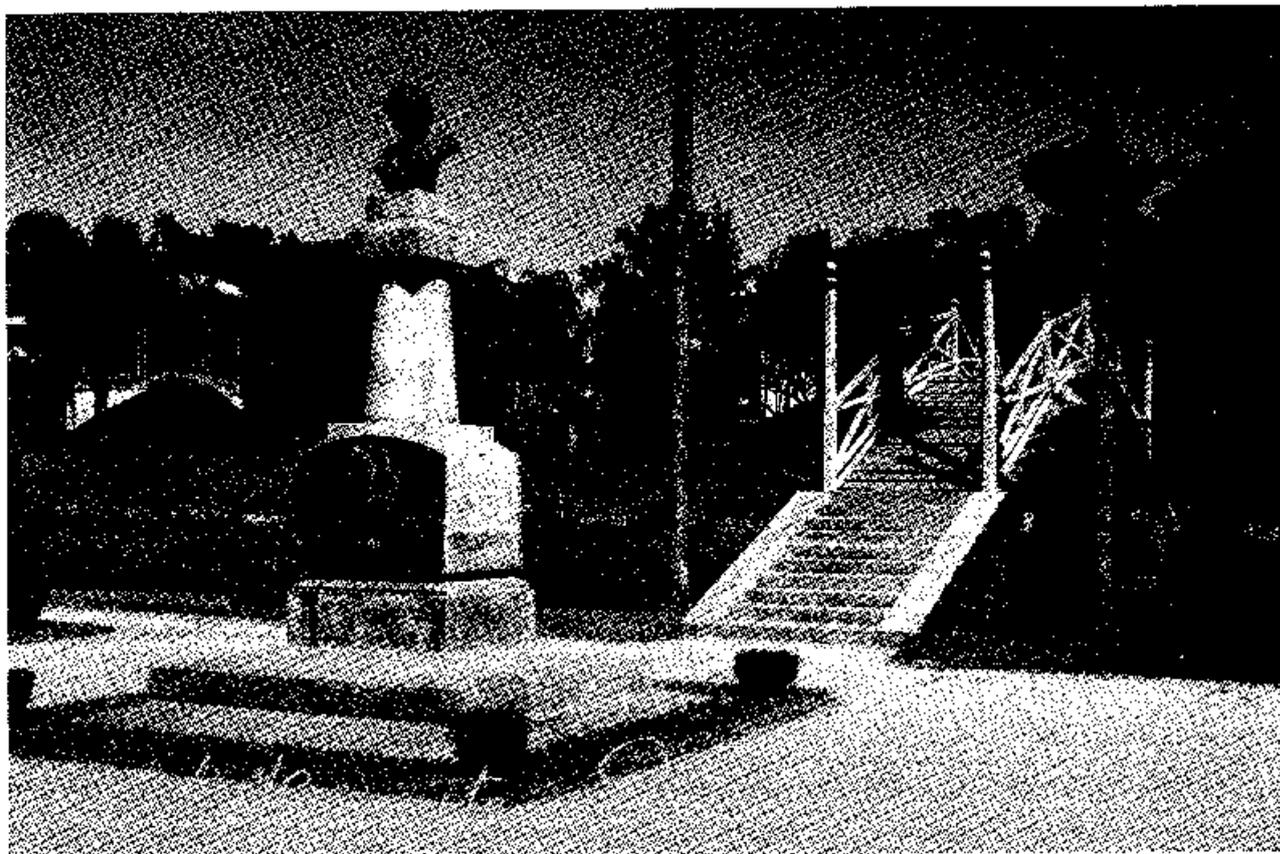
As andanças do busto da heroína Anita Garibaldi ilustram bem a dinâmica desses anos movimentados. Inaugurada em setembro de 1913 na Praça da Estação, a homenagem à companheira do revolucionário italiano Giuseppe Garibaldi provocou o protesto dos conservadores locais. Em outubro, publicou-se um longo artigo contra a memória da homenageada:

“Que significa o exalçamento dessa individualidade? Que mito para louvar é, no sexo feminino, o desordenado amor de aventuras, e que iguais encômios se torna merecedora a colaboração na guerra civil, com o intuito de separar da mãe pátria alguma província insurreta”.

Em 1926, o monumento controverso foi transferido para o Parque e assentado sobre um novo pedestal junto ao portão da Avenida Tocantins. Modificando-se a avenida com a construção do Viaduto Santa Teresa, viu-se novamente retirado e terminou repousando, em 1929, na Ilha das Garças, totalmente remodelada – à francesa, como era de se esperar – para recebê-lo.

O BAR DO PONTO, REFERÊNCIA OBRIGATORIA

Ao lado da Agência de Bondes, no cruzamento da Avenida Afonso Pena com Rua da Bahia, fez-se um novo e importante acesso ao Parque. Substituindo uma antiga entrada de pedestres desativada há algum tempo, elevou-se um belvedere, projeto de Magno de Carvalho, “de bela aparência e



*A homenagem a Anita Garibaldi,
provoca o protesto dos conservadores locais*

ARQUIVO LÉONICE VIVACQUA
[DÉCADA DE 40]



fina elegância, condizente com os fins a que se destina”. Sob o último patamar de sua escadaria, uma “instalação sanitária caprichosamente mantida, com saída para o Parque e destinada a senhoras”.

A idéia era integrar o Parque ao trecho mais movimentado da avenida, o famoso Ponto, nome dado porque era o local da Estação dos Bondes. Com a palavra o memorialista Pedro Nava, que deixou em sua obra um retrato denso sobre a época:

“Ponto – porque era o local da Estação dos Bondes. Vejo-a ainda, construção meio de tijolo, meio de madeira, com três entradas sem portas, pintada a óleo e dotada dum torreão para o relógio. Seu verde era semelhante ao dos pistaches e contrastava, qual outra cor, com os verdes dos seis renques de árvores da Avenida Afonso Pena e com os mais numerosos do Parque. Porque a Estação debruçava-se sobre ele, naquele ponto de inflexão da Rua da Bahia. Todo esse trecho urbano tivera seus logradouros regularizados a custa de aterros e o grande jardim que ficara lá embaixo (...).”

Colado ao Parque, o Ponto era o verdadeiro centro elétrico da capital - tudo o que acontecia de mais importante, acontecia em suas imediações. O Bar do Ponto, que ficava em frente à Estação de Bondes, no local onde hoje se encontra o Othon Palace Hotel, tornou-se então a mais forte referência na paisagem do centro, conforme assinalou Pedro Nava: “No Bar do Ponto. Em frente ao Bar do Ponto. Na esquina do Bar

A praça circular com canteiros de desenhos geométricos e regulares, típicos de jardins franceses, foi executada em 1926 para receber o coreto

Arquivo Eunice Vivacqua
[Cofre nº 30]

do Ponto.” Tão grande era sua força, que o nome chegou a designar uma área de influência bem maior que o próprio local, no cruzamento da Afonso Pena com Bahia, fazendo desaparecer seu nome original, Praça Tiradentes.

Depõe novamente Pedro Nava: “Além de usurpar a do herói, a designação Bar do Ponto excedeu-se psicologicamente e passou a compreender um pequeno bairro não oficial, mas oficioso: o que se pode colocar dentro do círculo cujo centro seria o da Praça e cujo raio cortasse a esquina de Goiás, um pouco de Coitacases, o cruzamento de Tupis com Espírito Santo, que tornasse a Afonso Pena, descesse Tamoios, entrasse no Parque defronte ao início do Viaduto Santa Teresa e voltasse à origem, depois de reincursionar na espinha dorsal da Afonso Pena.”

Nessa região ficava o centro da cena belo-horizontina, onde o moderno ia se mesclando lentamente ao tradicional. Na aqueles anos, o jovem poeta Carlos Drummond de Andrade vê encontrarem-se na Rua da Bahia e fundirem-se sabiamente “no espírito de Minas um carro sofrivelmente puxado por sete juntas de bois e o cupê de João Luís Alves, Secretário de Estado de Bernardes”. A capital que se modernizava convivia com as marcas de um mundo caduco. Belo Horizonte parecia, às vezes, tão imperial quanto Ouro Preto.

“Cavaleiros de fraque, egressos da Ouro Preto destronada, caminhavam, ainda a passo pachorrento, pelas ruas largas e vazias da Belo Horizonte de 1924, detendo-se, de quando em quando, para sorverem o adocicado aroma das magnólias em flor. Ouro-pretanos ou não, os fraques persistiram até por volta de 1930, nunca os tendo dispensado o Dr. Moura Costa do Diário de Minas, nem o Professor Agostinho Penido, inventor de métodos relâmpago para alfabetizar adultos (...)”

[CYRO DOS ANJOS]

“DOIDINHOS” E “NEFELIBATAS”

Porém, outros ventos começavam a soprar por aquelas ruas. Por volta de 1924, os monóculos e os tilburis somem por completo, a quadrilha e a valsa são suplantadas pelo jazz e pelo blues, nos cabarês o maxixe dá lugar ao samba. Nesses anos loucos, forma-se um grupo: Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava e Emílio Moura, entre outros, inauguravam o modernismo literário em Belo Horizonte.

Os rapazes, que mais tarde descreveriam deliciosamente a cidade, também freqüentavam o Bar do Ponto. Reuniam-se em longas discussões na Livraria Francisco Alves e no Café Estrela, na Rua da Bahia, e publicavam seus escritos no *Diário de Minas*, porta-voz do Partido Republicano Mineiro. Afinal, “fora do P.R.M. não há salvação”. Seu modernismo era, de início, bem mineiro: “havia excesso de educação no ar”, conforme Drummond, e os moços “precisavam deseducar-se”.

É o que faziam, subindo em viadutos e provocando incêndios em casas conhecidas. Por essas e por outras, passam a ser chamados de nefelibatas (termo para designar quem vive nas nuvens) ou, mais popularmente, de *doidinhos*. Descendo Bahia, subindo Floresta, os *doidinhos* promoviam melancólicas incursões noturnas no Parque Municipal, integrado ao território sagrado do Bar do Ponto. Ali, às margens do Ribeirão Arrudas, punham-se a puxar angústia.

Com a palavra, Pedro Nava: “Se esse Arrudas noturno parecia miniatura do Tâmbisa e do Sena rolando crimes em suas águas, o Arrudas do Parque, mais cheio de marulhos espumas, restos de jornais velhos, tinha brancos na superfície e afigurava-se Arno d’Argento. O Arrudas alargado molinholoso e cheio de sangue do Matadouro, descia em rodamosinhos que cunhavam e espalhavam ducados novos e patacos de cobre.”

A CARAVANA DOS MODERNISTAS DE SÃO PAULO

*Nos quatro bancos de cimento
da ilha do Parque estão postados
com o maior comedimento
quatro casais de namorados.*

*Há nas ilhas sempre o convite
a idílios sem falsos recatos,
mas aqui se traça o limite
que separa as intenções e atos.*

*Os casais se entreolham, discretos,
esperando que um deles ouse
libertar instintos inquietos,
acabando com a falsa pose.*

*Ninguém se atreve a dar a senha
das cartícias que sonham ser.
Grossa cortina de estumalha
vela o arrepio de viver.*

TRÉCETO DE A ILHA

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

Em 1924, um grande acontecimento agitou os rapazes do Estrela. Um grupo de São Paulo veio visitar as cidades históricas e se hospedou em Belo Horizonte, no Grande Hotel. Era a caravana modernista, trazendo Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, o poeta francês Blaise Cendrars e, principalmente, Mário de Andrade, que depois de passear pela cidade, escreve o Noturno de Belo Horizonte. “Minas progride. Também quer ter capital moderníssima também...”, ironiza, então.

Na capital moderníssima daqueles anos, o Parque era um lugar para se passear, remar e namorar, especialmente aos domingos. Recordação de Cyro dos Anjos: “(...)pares adolescentes transitavam pela pontezinha de troncos fingidos, que, em airoso arco, os deparava na Ilha dos Amores, pequena demais para caber tanto amor. Remava-se no Lago das Garças, bebia-se chope no quiosque e, com pequenas do subúrbio, o estudante se ressarcia do carinho que lhe negavam as emproadas moças dos palacetes.”

O Parque desempenhava, portanto, um papel importante no itinerário amoroso da cidade. Local mais que apropriado, abrigava, à noite, os casais que se refugiavam dos olhares da cidade de costumes ainda provincianos. Um acesso muito usado pelos amantes era o da escadinha do belvedere, onde desciam “à noite, pares, sob a vista gorda dos gerentes da Estação que emprestavam as chaves do portãozinho mediante pecúnia e que nunca viam quem descia depressa, se agarrando e subia depois, separado e a passo de cada dia”, segundo Pedro Nava.

Tudo isso acontecia depois do *footing* e da tradicional *retreta*, que se mudara para a Praça da Liberdade. De acordo com Cyro dos Anjos, a *retreta* acabava às nove e as mulatas desciam para outro *footing*, o da avenida, e dali iam para cinemas-poeira ou sumiam com os namorados pelo Parque.



Em 1926, a Ilha das Garças ganha uma ponte romântica, em madeira, projetada pelo engenheiro Gravata

O PRESIDENTE DE MINAS MORA NO PARQUE

Em 1924, o Parque recebeu um inusitado morador: o próprio Presidente do Estado. Com a morte súbita do Presidente Raul Soares, assumiu o vice, Olegário Maciel, para ocupar o cargo interinamente até a convocação de novas eleições. “Fleumática figura *ancien régime*”, Maciel recusou-se a ficar no Palácio e instalou-se numa casinha no Parque Municipal. “Bucolismo? Cáculo? Modéstia?”, Cyro dos Anjos tenta uma explicação. “Quem poderia advinhar, quem arrancaria do velho qualquer confidência? Instalara-se, pois, no Parque, entre palmeiras e lagos, sem guardas nem metralhadoras. Se o advertissem de que assim se expunha, ficaria, por certo, surpreendido.”

Estamos em plena República Velha e as elites regionais têm domínio absoluto do país. Na falta de partidos nacionais, cada Estado mantém seu próprio partido republicano. São Paulo e Minas revezam-se no poder: é a política do café com leite, onde o Estado mais rico une-se ao mais poderoso politicamente. O velho Partido Republicano Mineiro é uma força temível: os seus 37 deputados agem sempre de forma compacta no Congresso Nacional, sob a batuta segura do Palácio da Liberdade.

Mas, vez por outra, a sinfonia republicana ameaça desafinar. Assim é em 1925, quando Melo Viana, Presidente do Estado de Minas Gerais e sucessor de Raul Soares, coloca-se como postulante à sucessão de Arthur Bernardes, outro mineiro. De olho no Palácio do Catete, Melo Viana envolveu Belo Horizonte num movimento febril. Abriu o Palácio para festas, estimulou comícios, fez declarações de grande repercussão nacional, inaugurou obras e mais obras. Tudo terminou bruscamente com um histórico pito de Bernardes. Mas, enquanto o pito não veio, a cidade aproveitou — espetáculos de gala no Municipal, chás dançantes, barraquinhas e esplêndidas estreias no Odeon e no Avenida.

O Parque é um lugar para se passear, remar e namorar — especialmente aos domingos.

Árquez Ao Ces na Ilha do (1925)

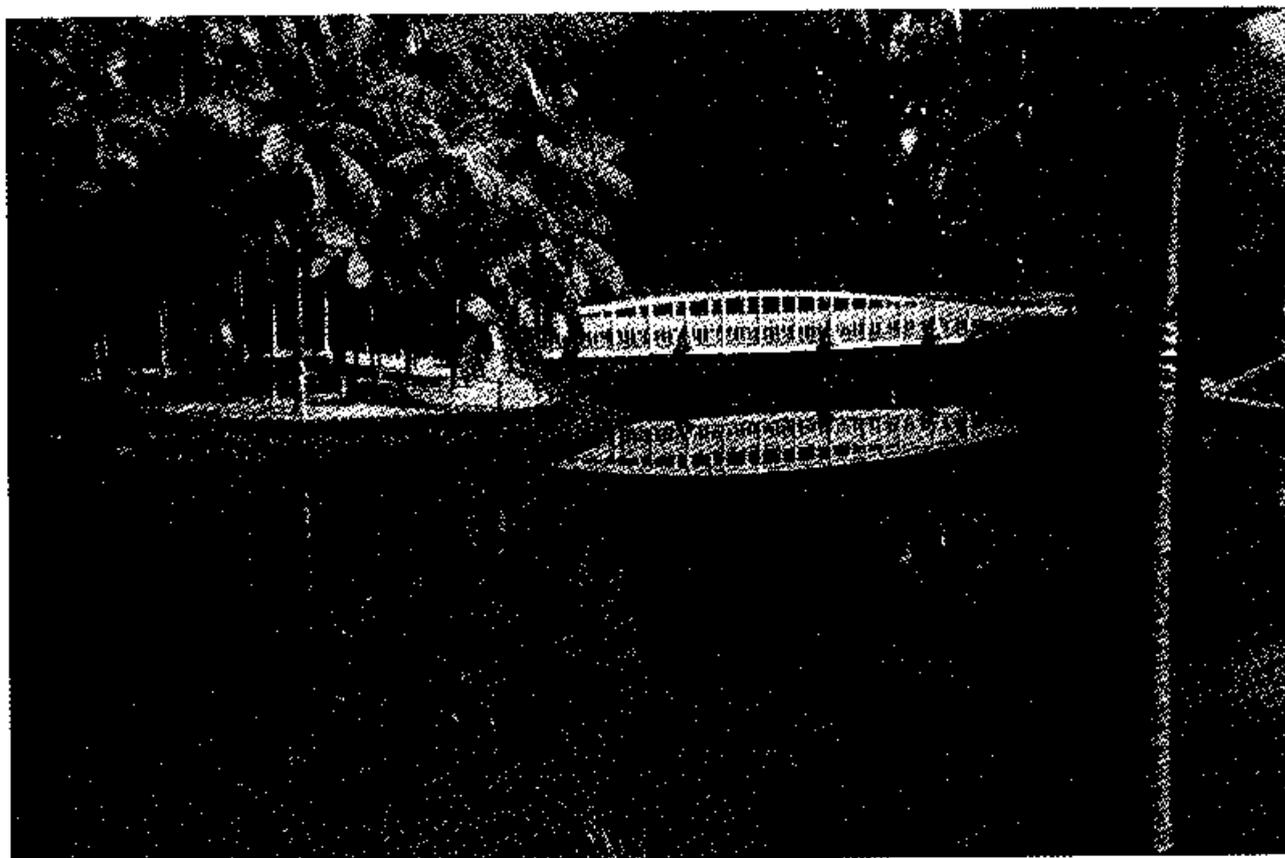


8

Era a época dos *garden parties*, onde melindrosas e almofadinhas exibiam suas *toilettes* modernas. Os mancebos: chapéus enterrados até as orelhas, colarinhos altos com gravatas borboletas, paletôs cintadíssimos e compridos, calças largas em cima e apertadas em baixo, polainas, calçados ponta-de-agulha e a indefectível flor no peito. As moças, que começam a gozar de alguma liberdade: cabelos curtos a *la garçonne*, com nuças nuas e *accroche coeurs* em ganchos cada vez maiores, chapéus pequenos e enterrados até os olhos, saias generosamente mais curtas e blusas onde aparecem os primeiros decotes copiados das artistas americanas. Versões locais de Barbara la Marr, Gloria Swanson, Rodolfo Valentino e George Walsh desfilam ao som da nova trilha sonora. Trazidos pelo rádio ou pelas vitrolas, maxixes, valsas, modinhas e chorinhos de Ernesto Nazaré e Zequinha de Abreu, além de tango, fox-trote e charleston embalam o ambiente.

Um desses *garden parties* causou sensação e entrou para a crônica belo-horizontina: a famosa Tarde Azul, organizada no Parque Municipal. Em 1927, no segundo ano do mandato de Antônio Carlos, o governo resolveu festejar com músicas e flores a entrada da primavera. O Parque romântico, graciosamente ornamentado, ostentava nessa ocasião uma iluminação especial: luzes azuis cuidadosamente espalhadas pelos coretos, árvores e pontes. As moças bonitas da capital atenderam ao bucólico apelo oficial, comparecendo em massa, vestidas de azul, e dançaram nos gramados do Parque.

A animação tinha vindo para ficar: em 1926, o Parque ganhou uma quadra de tênis e um rinkue de patinação. Belo Horizonte já não precisava mais invejar São Paulo, que instalara o seu rinkue na Praça da República na década de 10. Contava agora com muitos metros quadrados de piso cuidadosamente cimentado, onde podia praticar o novo esporte da moda. A Europa não estava em guerra e o Brasil parecia tranqüilo... até que a Revolução de 30 trouxe à superfície as tensões subterâneas que corrotam lentamente a República Velha.



*Lago das Marrecos
(a ponte já não existe)*

WILSON BAPTISTA
[1934 CA.]